



Demonstrações Financeiras
Anuais
Tradução

do exercício findo em
30 de Junho de 2017



Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA

Av. Julius Nyerere, nº4003

Tel. 21 498257, 21 498260 – Fax: 21 498262

www.cmh.co.mz

Maputo, Moçambique

Demonstrações Financeiras Anuais
do exercício findo em 30 de Junho de 2017

Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, S.A

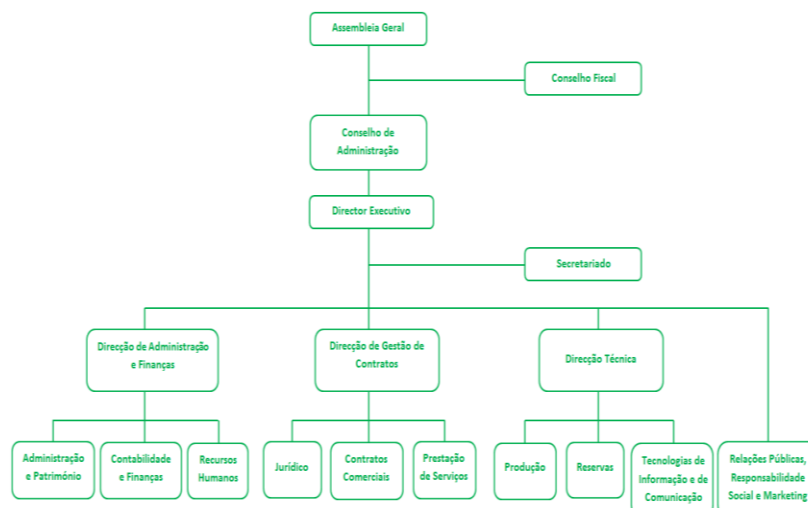
ÍNDICE

I. INFORMAÇÕES DA ENTIDADE.....	1
II. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2
III. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	6
IV. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	40
V. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	41
VI. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO INTEGRAL	47
VII. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA A 30 DE JUNHO DE 2017.....	48
VIII. DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES EM CAPITAL PRÓPRIO.....	49
IX. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	50
X. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	51

I. INFORMAÇÕES DA ENTIDADE

Nome da Entidade:	Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (CMH,SA)
Número de Registo Comercial:	13 259
NUIT:	400 102 961
Conselho de Administração:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Jahir Adamo (Presidente do Conselho de Administração) ▪ Fernando Faustino (Administrador) ▪ Tavares Martinho (Administrador)
Direção Executiva	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estêvão Pale (Director Executivo)
Accionistas:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (70%) ▪ Governo de Moçambique (20%) ▪ Investidores Privados Nacionais (10%)
Capital Social:	MT 593 411 500 (USD 25 286 649)
Número de Acções:	5 934 115 (593 411 de acções cotadas na Bolsa de Valores de Moçambique)
Auditores:	BDO Limitada
Endereço:	Av. Julius Nyerere, n° 4003, Bairro da Polana Caniço “A” Maputo – Moçambique
Bancos:	Standard Bank da Africa do Sul e Barclays Moçambique
Jusista:	Latifa Ibraimo
País de Constituição:	A CMH, SA foi constituída de acordo com as Leis de Moçambique.
Visão da CMH:	Assegurar a óptima utilização do recurso gás natural, no presente e no futuro, e sua infraestrutura, através da optimização das suas operações e assegurar/prover acesso de mais gás ao mercado Moçambicano.
Missão da CMH:	Maximizar o valor para os accionistas, resultante dos investimentos realizados na produção de gás natural, nos campos de Pande e Temane, em total cumprimento dos direitos e obrigações contratuais.

Estrutura da CMH:



II. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Temos o prazer de apresentar as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Conselho de Administração auditados relativos ao exercício económico findo em 30 de Junho de 2017.

Este ano foi caracterizado por maiores volumes de vendas de gás natural e condensado comparativamente ao exercício económico anterior.

O aumento contínuo do volume de gás natural e condensado produzido, continua a compensar a redução dos preços do gás natural. O consórcio foi afectado negativamente pelos preços actuais de petróleo no mercado internacional. Isso teve um impacto negativo de cerca de 2% nos preços de gás inicialmente orçamentados. Por outro lado, registamos um aumento do preço médio orçamentado de cerca de 75% no preço do condensado, mas tendo em consideração o baixo aumento de volume de venda deste produto, não foi possível compensar o efeito dos baixos preços de gás nos nossos contratos.

A receita líquida da CMH baixou 0,3% comparativamente ao ano financeiro anterior.

A fim de mitigar o efeito da diminuição dos preços do gás, continuaram a ser tomadas medidas durante este exercício para reduzir os custos operacionais e implementar projectos prioritários para assegurarem fornecimentos de gás para os contratos assinados.

Apesar desta situação, os nossos accionistas continuaram a receber dividendos em conformidade com os indicadores de desempenho financeiro da empresa. Continuamos comprometidos em pagar dividendos aos nossos acionistas, apesar de, a empresa ter muitos desafios em termos de investimento, para manter a capacidade de produção actual e fornecer gás aos contractos assinados. É também importante para a empresa, olhar para novas oportunidades de negócios de forma diversificar o portfólio da CMH.

É igualmente nossa prioridade avaliar as reservas e recursos de gás actuais para aumentar reservas provadas e prováveis e, para garantir o fornecimento ao abrigo dos contractos assinados e a potenciais novos projetos, que exigem volumes adicionais de

gás em Moçambique.

Podemos verificar, pelo nosso relatório e contas, que a CMH reportou um lucro após impostos de USD 22 632 021 (Vinte e dois milhões, seiscentos e trinta e dois mil e vinte e um dólares norte americanos), o que representa uma descida dos lucros da empresa em cerca de 7% quando comparados com os resultados do ano financeiro de 2016, devido à queda dos preços do petróleo no mercado internacional.

Durante este ano financeiro, a CMH pagou em impostos um total de USD 6 698 035 para o Estado, dos quais, 76% em forma de imposto sobre o rendimento (IRPC), 3% em forma de imposto retido na fonte, 19% de imposto sobre os rendimentos de pessoas singulares (IRPS) e 3% de contribuição para segurança social (INSS + segurança social complementar).

Relativamente aos empréstimos, um montante de USD 15 303 274 (Quinze milhões, trezentos e tres mil, duzentos e setenta e quatro dólares norte americanos) foi pago como serviço da dívida, sendo USD 13 239 866 para amortização do capital e USD 2 063 408 relacionados com o pagamento de juros. No fim deste ano financeiro, o saldo da dívida da CMH era de USD 22 813 275.

Apraz-nos anunciar que os dois empréstimos iniciais de USD 29 000 000 do DBSA e USD 24 062 000 da AFD foram totalmente pagos durante este ano financeiro.

Em termos ambientais, temos a informar que continuamos a registar bons indicadores de segurança, saúde ocupacional e meio ambiente, nas operações. Os programas de saúde ocupacional continuaram a ser bem geridos e existem bons indicadores de desempenho.

No que concerne à responsabilidade social, a CMH continuou a dar a sua contribuição a projectos sociais no âmbito do consórcio, bem como de forma directa. No âmbito do consórcio, a CMH contribuiu nos projectos sociais conjuntos (consórcio) com um montante de USD 432 479 e, directamente com um montante total de USD 495 331, contribuindo deste modo para o desenvolvimento das comunidades menos privilegiadas em várias províncias de Moçambique, através de investimentos em projetos de educação, ciência, aumento do acesso a água potável e gás natural para cozinha, contribuindo para

a redução de desflorestamento, promoção da cultura e desporto, solidariedade para com as vítimas do ciclone, seca e bem estar dos colaboradores.

A implementação dos projectos sociais, no âmbito do consórcio, tem vindo a melhorar, mas acreditamos que ainda há espaço para melhorias substanciais.

De modo a aumentar o número de moçambicanos qualificados nas operações em Temane, foi construído na vila de Vilanculos, um complexo habitacional com todas as condições sociais para promover o recrutamento de moçambicanos qualificados para trabalharem no Complexo Industrial de Temane (CPF). Este complexo habitacional já está totalmente operacional e com a maioria das casas ocupadas.

Reconhecemos com agrado que as posições mais importantes na Central de Processamento de gás natural em Temane já estão a ser ocupadas por profissionais moçambicanos, e as operações estão a ser bem conduzidas de forma profissional.

A CMH continua a reforçar a sua estrutura organizacional. Em termos de formação, continuamos a prestar grande atenção às necessidades de formação dos nossos colaboradores.

Todos os colaboradores da CMH beneficiaram de cursos de formação tanto no país, como no estrangeiro, com especial ênfase em áreas relacionadas com petróleo e gás. Durante este período, três colaboradores obtiveram o grau de mestrado, e um, com o grau de licenciatura.

Estamos comprometidos com a transparência, integridade e o combate à corrupção e a qualquer potencial tipo de negligência, fraude ou corrupção no nosso negócio. Todos os nossos relatórios anuais são tornados públicos através do jornal de maior circulação no país e na nossa página da internet.

As nossas acções continuaram a ser transaccionadas na Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) e o valor da acção manteve-se em 775 Mt. Até 30 de Junho de 2017, a CMH tinha 1243 accionistas, dos quais 1 241 da Classe “C” (privados), um da Classe “A” (Estado) e

um da Classe "B" (ENH).

Relativamente a este exercício financeiro não houve litígios a reportar.

Continuamos a honrar todos os nossos compromissos com empréstimos, impostos e outras despesas com os nossos parceiros, numa base regular.

Em conclusão, queremos expressar o nosso sentimento de gratidão a todos os que acreditaram em nós e que continuam a dar o seu apoio à Sociedade nestes momentos difíceis, especialmente aos membros do Governo Moçambicano, aos nossos accionistas, entidades financeiras e parceiros, que sempre nos encorajaram a continuar a construir esta Sociedade, como veículo de participação de moçambicanos no empreendimento de Gás natural de Pande e Temane.

Maputo, 25 de Agosto de 2017



Jahir Adamo

Presidente do Conselho de Administração

III. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da CMH tem a honra de apresentar as Demonstrações Financeiras Auditadas e o Relatório do Conselho de Administração, relativos ao exercício financeiro findo a 30 de Junho de 2017.

1. Natureza do Negócio e Actividades Principais

A Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (CMH) é a parceira Moçambicana no Consórcio (*JO - Joint Operation*) do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane (PGN). A Sasol Petroleum Temane (SPT) é uma Operadora nos campos de Pande e Temane. São parceiros da JO, a SPT, uma entidade Moçambicana subsidiária da Sasol Exploration and Production International (SEPI), com participação de 70%, a Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH), que é uma subsidiária da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), empresa pública, com participação de 25%, e o International Finance Corporation (IFC), membro do Grupo Banco Mundial, com participação de 5%.

O consórcio (JO) está a gerir e desenvolver os campos de gás natural de Pande e Temane, e a Central de Processamento (CPF), em Inhambane (Moçambique). O gás natural e condensado são produzidos nos campos de Temane, desde Fevereiro de 2004, e Pande, desde Junho de 2009. O gás processado na CPF é transportado através de um gasoduto subterrâneo transfronteiriço de 865 km de comprimento, até à terminal da Sasol Gas em Secunda, na África do Sul. Na parte moçambicana o gasoduto compreende cinco pontos toma, para o fornecimento de gás ao mercado doméstico.

Inicialmente, a CPF tinha sido projectada para produzir 120 MGJ/a para venda à Sasol Gas, principal cliente ao abrigo do Primeiro Contrato de Venda de Gás (GSA 1). Em Março de 2007, os parceiros acordaram expandir a produção de Pande e Temane e da CPF em Temane para aumentar a capacidade existente de produção de gás e de vendas em 50% e aumentar a capacidade das instalações de produção de 120 MGJ/a para 183 MGJ/a. Da capacidade adicional de 63 MGJ/a, 27 MGJ/a foram alocadas à Sasol Gas, através do Segundo Contrato de Vendas de Gás (GSA 2), sendo os restantes 27 MGJ/a alocados aos seguintes projectos no mercado moçambicano: ENH KOGAS com 6 MGJ/ano, Central Térmica de Ressano Garcia (CTRG) com 11 MGJ/ano, Matola Gas Company (MGC) com 8

MGJ/ano. Em 2015, foram alocados à ENH 2 MGJ/ano e 9 MGJ/a foram reservados para o imposto sobre a produção de gás em espécie a ser pago ao Governo Moçambicano. A produção de condensado é vendida à Petromoc na CPF e é transportada para o porto da Beira.

De modo a cumprir as obrigações contratuais de fornecimento de gás, houve necessidade de se aumentar a capacidade de processamento das instalações da CPF de 183 para 197 MGJ/ano, através de um capital mínimo efectuando pequenas modificações das instalações para que seja implementado o projecto de eliminação de gargalos nas condutas de gás (*Debottlenecking*). O projecto está na fase de execução (operações de beneficiação) em Fevereiro de 2017.

A primeira fase do projecto de compressão foi concluída durante o ano financeiro de 2017 e foi realizado um teste de 72 horas para avaliação do desempenho do projecto durante o mês de Junho de 2017, de acordo com as boas práticas da indústria de petróleo.

A segunda fase do projecto de compressão de baixa pressão iniciou-se com o processo de verificação dos estudos de engenharia (FEED). O “*procurement*” do terceiro compressor de turbina movida a gás foi concluído. As operações de Beneficiação (BO) para a segunda fase do projecto de compressão de baixa pressão estão previstas para fins de Setembro de 2018.

2. Resultados e actividades no âmbito do Consórcio (JO)

2.1 Resultados obtidos no âmbito do Consórcio (excluindo despesas específicas da CMH)

Os resultados operacionais da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH) do exercício findo a 30 de Junho de 2017, pela sua participação no Consórcio de Pande e Temane (25%) é de USD 63 430 453, conforme segue:

(USD)

Demonstração de Resultados - CMH 25%	AF17	AF16	Variação
	1 Julho a 30 Junho	1 Julho a 30 Junho	%
Receita bruta	71 801 927	71 539 328	0,3%
Vendas: Gás Natural	70 306 705	70 779 998	(0,01%)
Vendas: Condensado	1 495 222	759 330	88,6%
Royalties (Gás Natural e Condensado)	(1 176 168)	(728 510)	61,4%
Receita líquida	70 625 759	70 810 818	(0,3%)
Despesas Operacionais	(7 195 306)	(8 667 182)	(12,4%)
Lucro Operacional	63 430 453	62 143 636	2,1%

Houve um aumento no volume de vendas em 2,1% em relação o ano anterior (AF16), mas registou-se uma redução de preço de venda que resultou um aumento das receitas brutas em 0,3%.

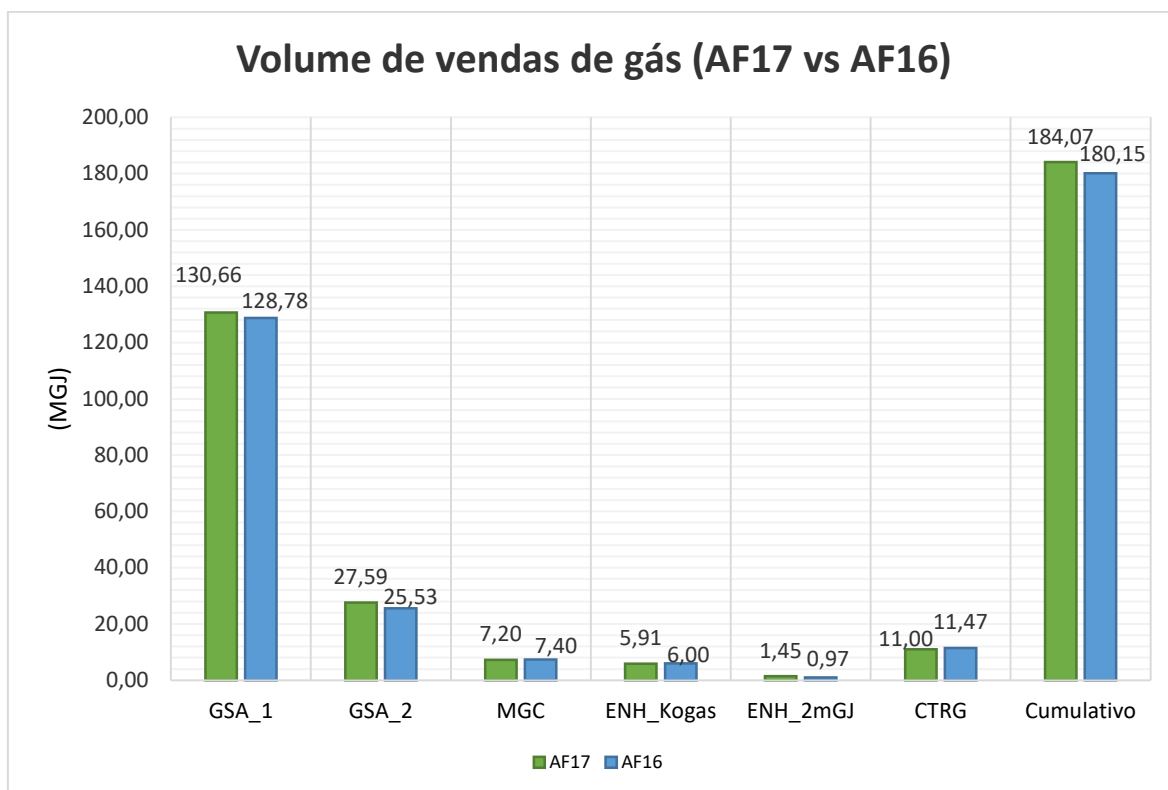
2.2 Produção e Vendas de Gás Natural e Condensado

2.2.1 Vendas de Gás Natural e Condensado

Os volumes de Gás Natural e Condensado vendido no ano financeiro 2017 (AF17), findo a 30 de Junho de 2017, são os seguintes:

Volume de vendas da UJV (100%)	Unidade	AF17	AF16	Variância
		1 de Julho a 30 de Junho	1 de Julho a 30 de Junho	(%)
Gás Natural - GSA 1	MGJ	130.66	128.78	1.46
Gás Natural - GSA 2	MGJ	27.59	25.53	8.04
ENH-kogas	MGJ	5.91	6.00	-1.42
MGC	MGJ	7.20	7.40	-2.62
CTRG	MGJ	11.00	11.47	-4.15
ENH 2mGJ	MGJ	1.45	0.97	48.53
ROMPCO	MGJ	0.26		
Cumulativo das vendas de gás	MGJ	184.07	180.15	2.17
Condensado	Bbl	469,091.82	463,396.08	1.23
Imposto sobre a produção de petróleo (Royalty)	Unidade	AF17	AF16	Variância
		1 de Julho a 30 de Junho	1 de Julho a 30 de Junho	(%)
Gás levado em espécie	MGJ	5.33	6.72	-20.74
Preço médio das vendas	Unidade	AF17	AF16	Variância
		1 de Julho a 30 de Junho	1 de Julho a 30 de Junho	(%)
Gás Natural - GSA 1	USD/GJ	1.62	1.73	-6.36
Gás Natural - GSA 2	USD/GJ	1.46	1.51	-3.64
ENH-kogas	USD/GJ	1.81	1.85	-2.16
MGC	USD/GJ	1.21	1.21	0.00
CTRG	USD/GJ	2.44	2.52	-3.37
ENH 2mGJ	USD/GJ	2.14	2.17	-1.38
ROMPCO	USD/GJ	2.50		
Condensado	USD/Bbl	12.21	6.45	89.30

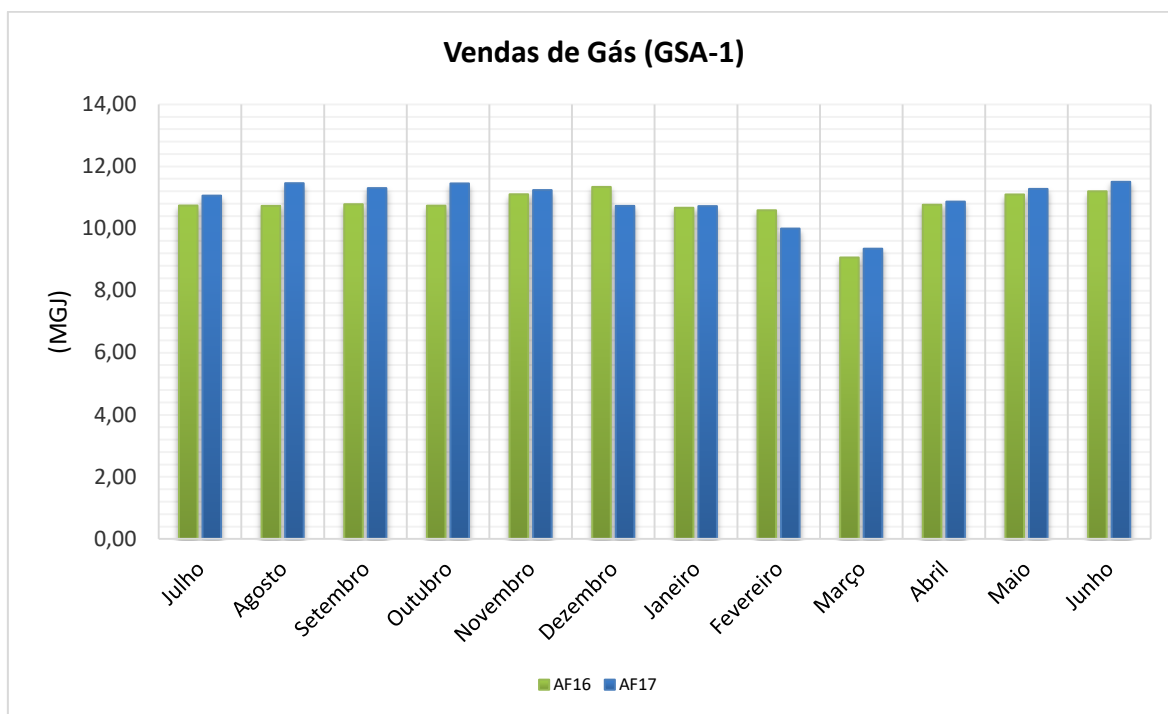
O gráfico abaixo ilustra os resultados apresentados na tabela acima em termos de volumes de vendas de gás (AF17 versus AF16)



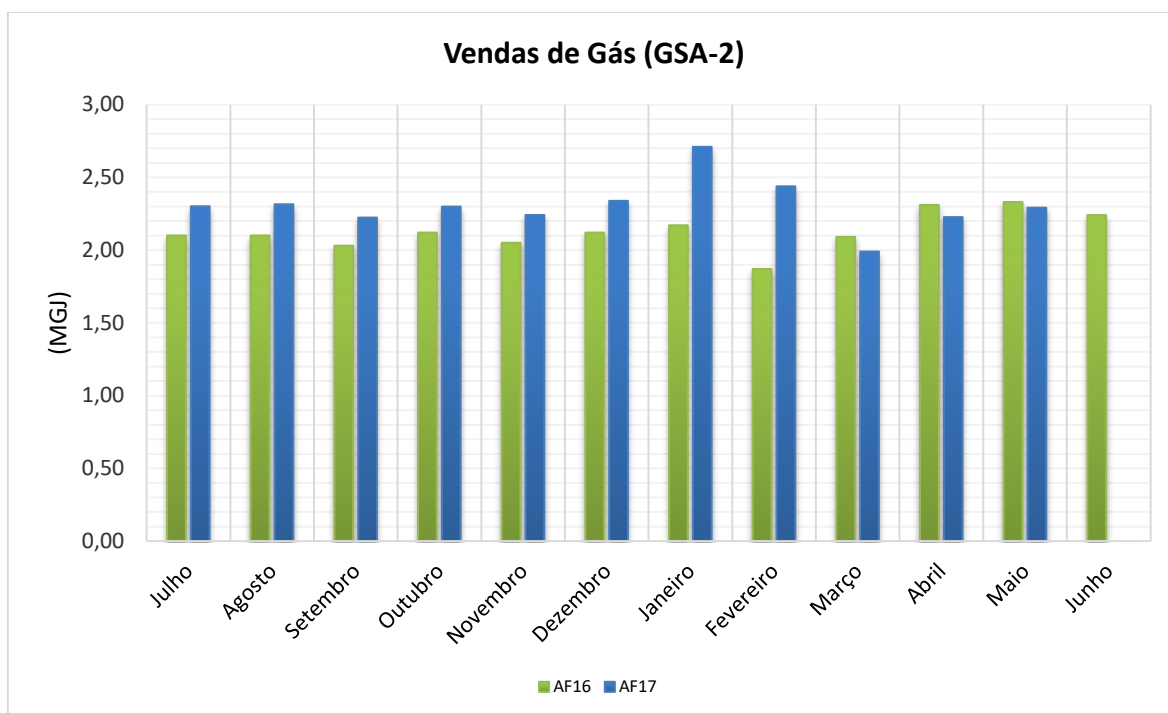
Como se pode ver a partir do gráfico acima, o volume total de vendas de gás natural no ano financeiro 2017 (AF17) em média foi 2,17% superior em relação ao período anterior de 2016, devido às seguintes razões:

- Verificaram-se encomendas superiores por parte das compradoras Sasol Gas (GSA1&2) e ENH-2mGJ. Além disso, o contrato ENH-2mGJ registou levantamentos regulares de gás durante o AF17 e o contrato de venda de gás à ROMPCO foi satisfeito para a manutenção da pressão do gasoduto (*line pack gas*) durante a paragem anual planificada de produção, o que contribuiu para o aumento do volume de vendas.
- A manutenção de rotina foi levada a cabo para minimizar avarias no equipamento de produção, durante o período, com o objectivo de reduzir paragens de produção da planta, o que contribuiu para o aumento do volume de vendas. Contudo, houve avarias de equipamento e paragens de produção que não resultaram em perdas de produção na central de processamento (CPF).

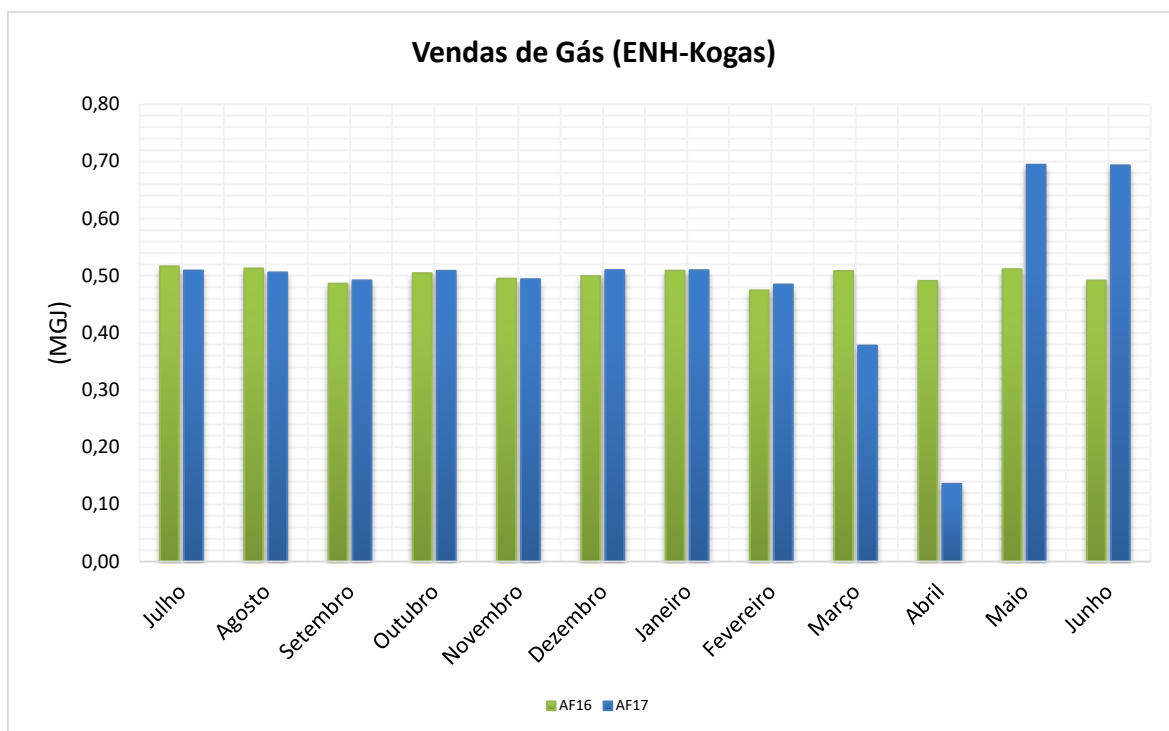
Os gráficos abaixo mostram a evolução da produção de gás e dos preços durante os anos financeiros 2017 (AF17) em relação ao período anterior de 2016 (AF16) tanto para o gás, como para o condensado.



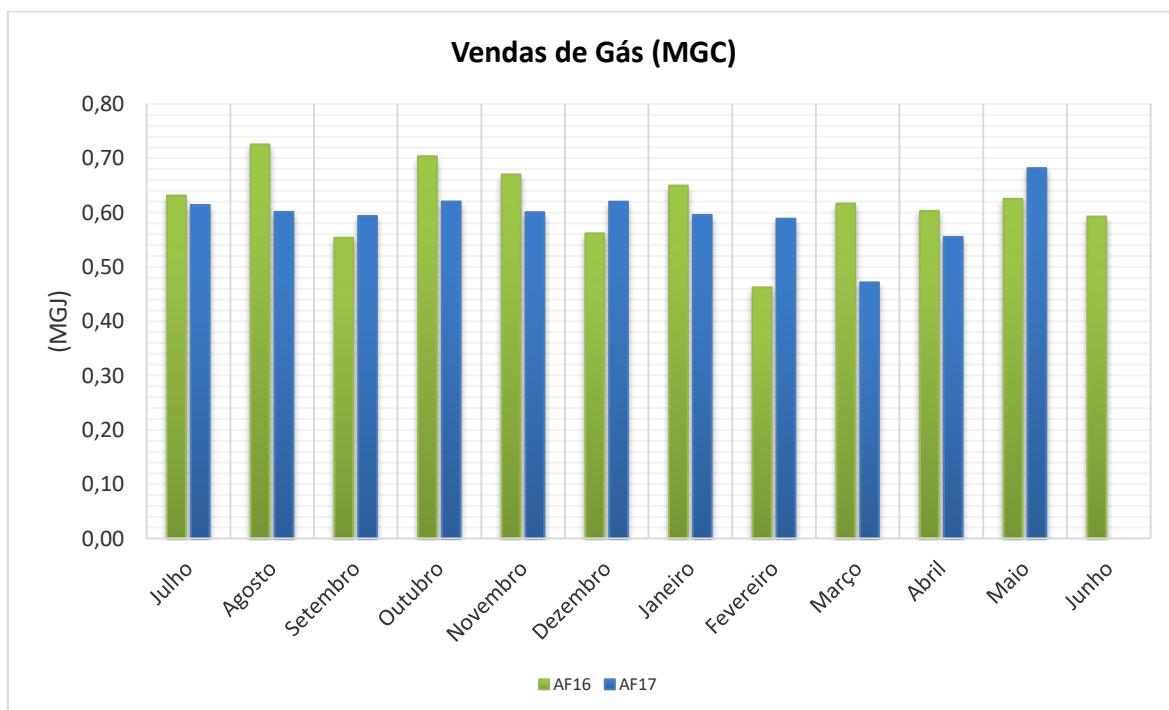
Pode-se ver no gráfico acima que a partir de Julho de 2016 até Junho de 2017, houve vendas de volumes de gás do contrato GSA1 superiores a 1,46% em relação ao mesmo período do ano anterior de 2016, devido a maiores encomendas de gás por parte da Sasol Gas.



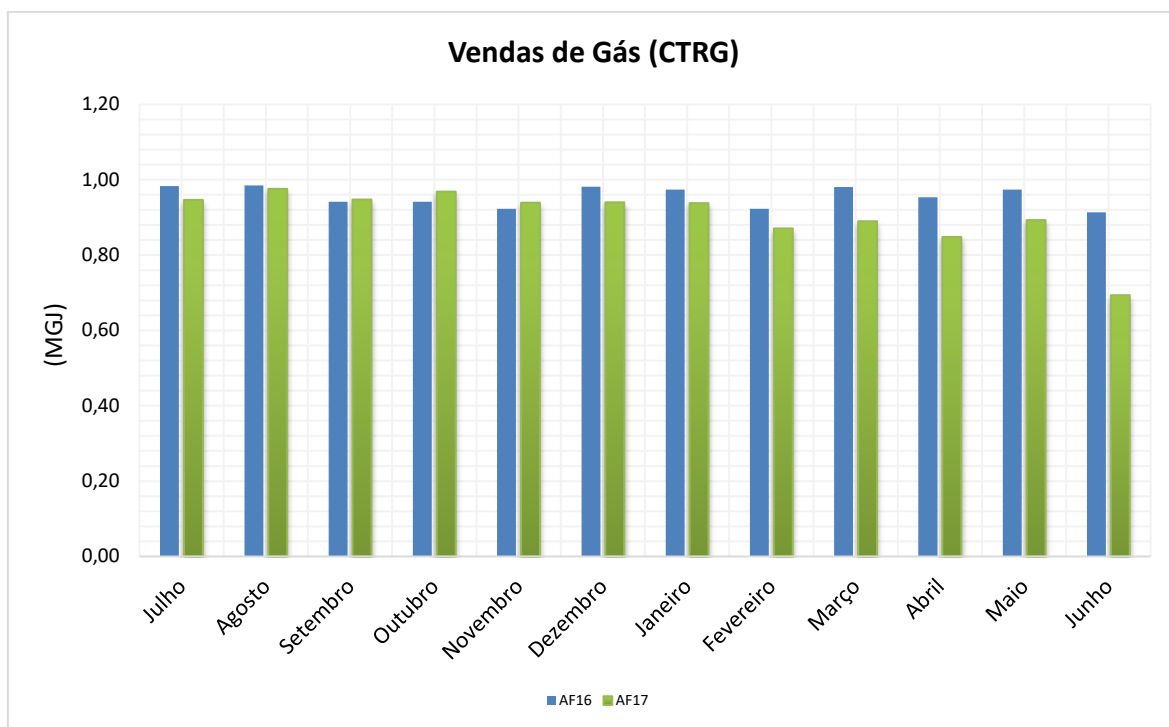
Os volumes de vendas nos termos do contrato GSA2, de Julho 2016 à Junho 2017 foram 8,04% superiores em relação ao período anterior (AF16), devido a maiores encomendas de gás por parte da Sasol Gas.



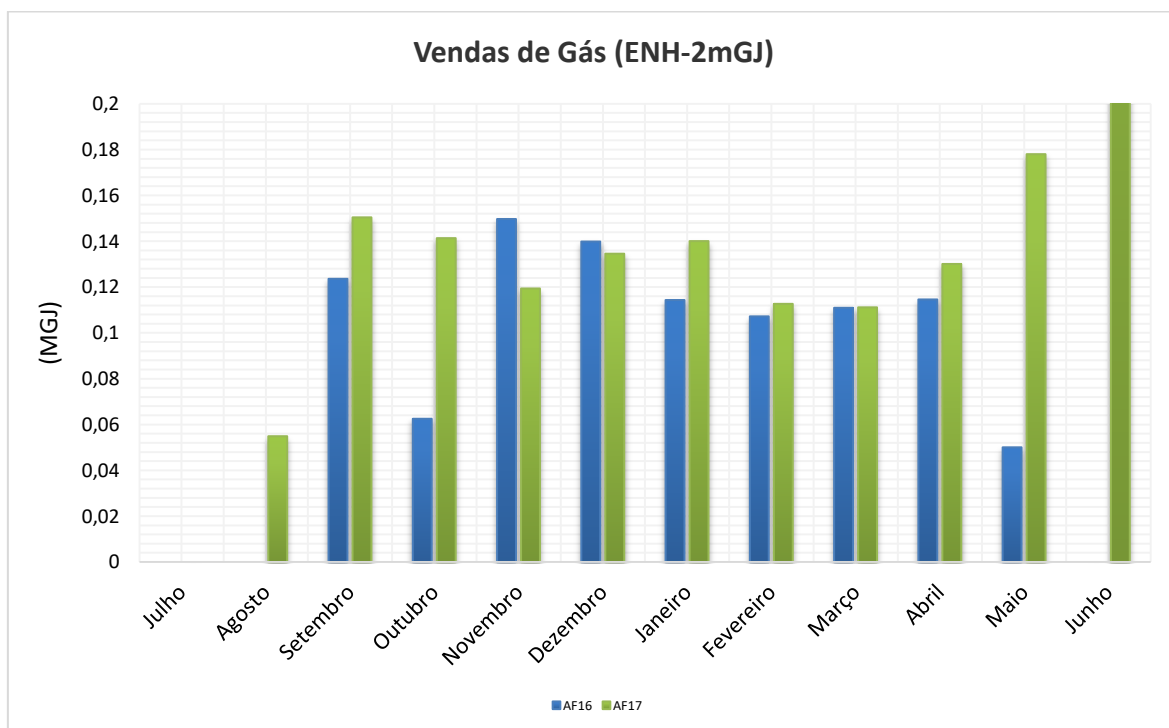
Volumes de vendas nos termos de contrato da ENH_KOGAS de Julho de 2016 a Junho de 2017 foram 1,42% inferiores em relação ao período anterior (AF16), devido a menores encomendas de gás por parte da ENH_KOGAS.



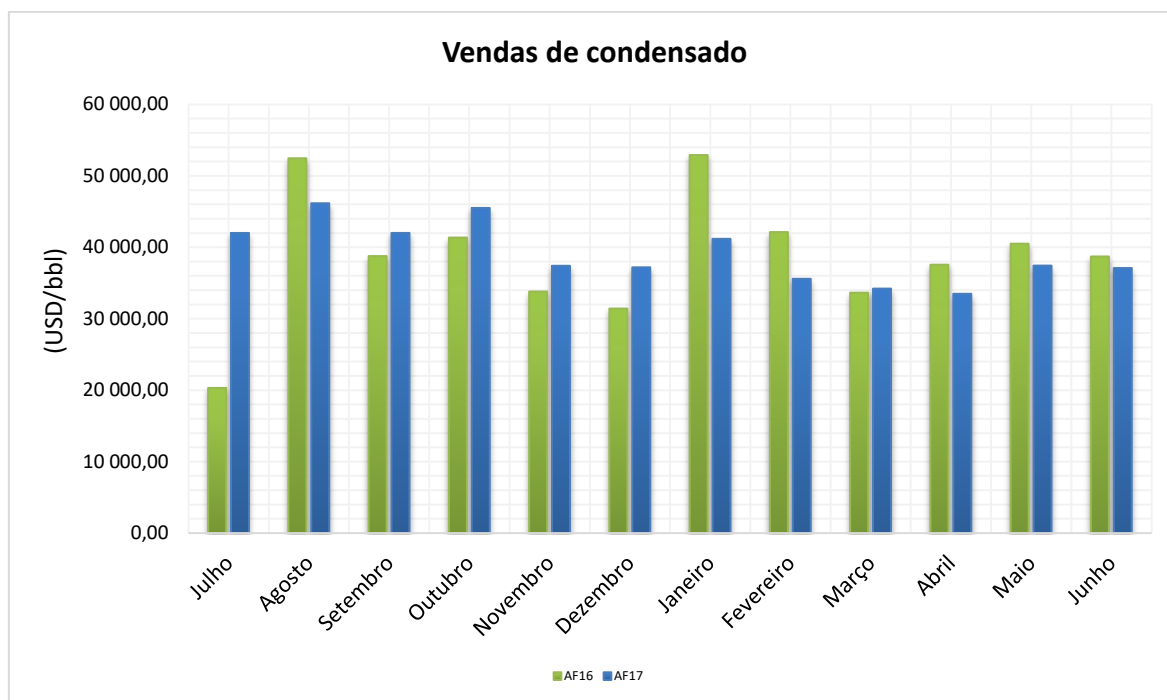
Os volumes de vendas nos termos de contrato da MGC de Julho de 2016 a Junho de 2017 foram 2,62% inferiores em relação ao período anterior (AF16), devido a menores encomendas de gás por parte da MGC.



Os volumes de vendas nos termos de contrato da CTRG de Julho de 2016 a Junho de 2017 foram 4,15% inferiores em relação ao período anterior (AF16), devido a menores encomendas de gás por parte da CTRG.



Os volumes de vendas nos termos de contrato da ENH-2mGJ de Julho de 2016 a Junho de 2017 foram 48,53% superiores em relação ao período anterior (AF16), devido a maiores encomendas de gás por parte da ENH-2mGJ.

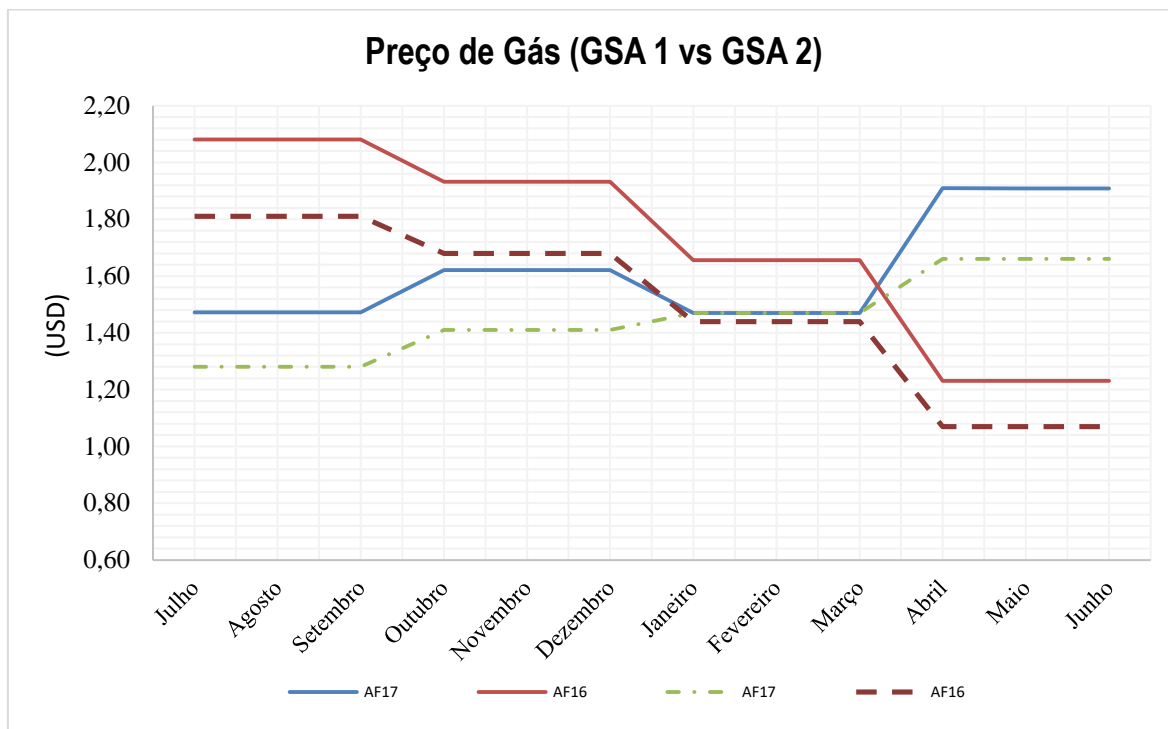


- Em termos de condensado, registou-se um volume de vendas superior para o AF17 na ordem de 1,23% em relação ao período anterior de 2016 (AF16), devido ao aumento de produção do gás natural. Além disso, a subida de preços do Petróleo bruto (Brent) no mercado internacional contribuiu para o aumento do volume de vendas para o período em apreço.

2.2.2 Preço de Gás Natural e Condensado

O preço praticado para a venda de condensado foi superior comparado com o período anterior (AF16) devido à subida de preços do Petróleo bruto (Brent) no mercado internacional. Contudo, no geral, os preços do gás natural para os 12 meses findos em 30 de Junho 2017 foram inferiores em relação ao mesmo período do ano anterior de 2016 (AF16), devido ao facto de que tal ascensão de preços do Petróleo bruto (*Brent*) no mercado internacional não ter tido impacto significativo no incremento do preço de gás para o AF17, como resultado de:

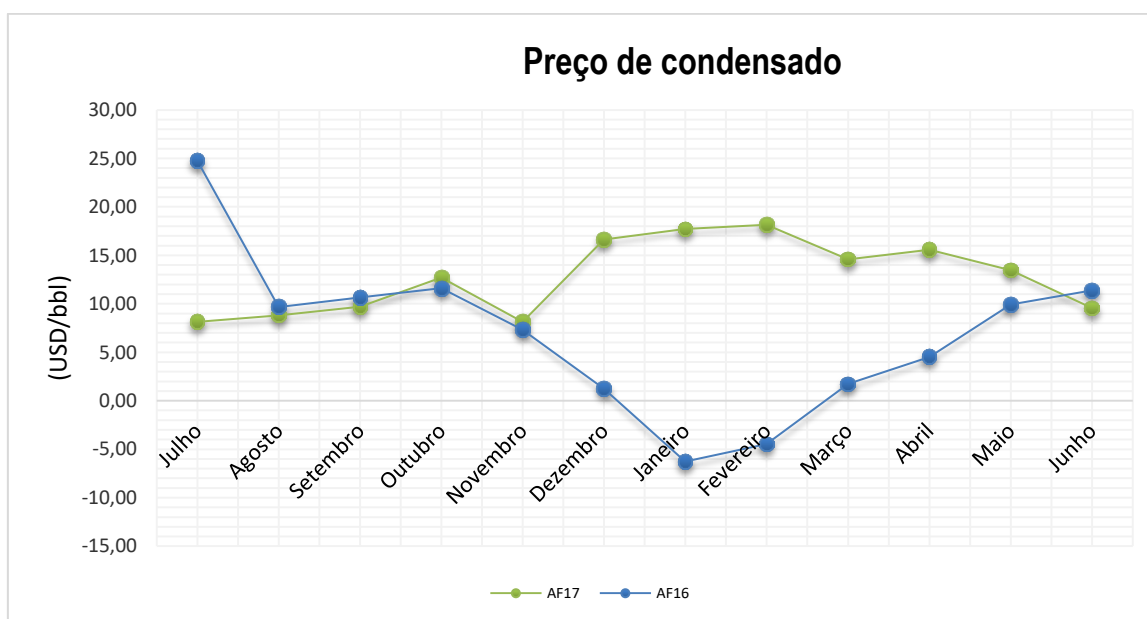
- O mecanismo de cálculo de preço do gás ter como base os dias em relação aos quais esses preços serem publicados durante os 3 (três) meses anteriores ao último dia do segundo mês do trimestre imediatamente anterior à data de ajustamento do preço para o qual é efectuado o cálculo, de acordo com artigo 2.2.1 do GSA1.



- A média ponderada do preço de gás natural para o contrato GSA1 incluindo a aplicação da penalidade de 15% do preço prevalecente sobre as quantidades em excesso encomendadas acima de 105% das quantidades contratuais diárias ter sido USD1,62/GJ, o que representa um decréscimo em 6,47% comparado com o período anterior (AF16) de USD1,73/GJ, devido à variação negativa dos indicadores de preço.
- A média ponderada do preço de gás natural para o contrato GSA2 ter sido de USD1,46/GJ que é 3.64% inferior em relação ao período anterior (AF16) de USD1,51/GJ, devido à variação negativa dos indicadores de preço.
- A média ponderada do preço de gás natural para o contrato ENH_KOGAS ter sido de USD1,81/GJ que é 2,16% inferior em relação ao período anterior (AF16) de USD1,85/GJ, devido à variação negativa dos índices de produção dos Estados Unidos.
- A média ponderada do preço de gás natural para o contrato da MGC ter sido de USD1,21/GJ que está em concordância com período anterior (AF16) de USD1.21/GJ.
- A média ponderada do preço de gás natural para o contrato CTRG ter sido de USD2,44/GJ que é 3,37% inferior em relação ao período anterior (AF16) de

USD2,52/GJ, devido a variação negativa dos índices de preço de produção dos Estados Unidos (USA PPI).

- A média ponderada do preço de gás natural para o contrato da ENH-2MGJ ter sido de USD2,14/GJ que é 1,38% inferior em relação ao período anterior (AF16) de USD2,17/GJ, devido a variação negativa dos índices de produção dos Estados Unidos.
- A média ponderada do preço de gás natural para o contrato ROMPCO ter sido de USD2,50/GJ.

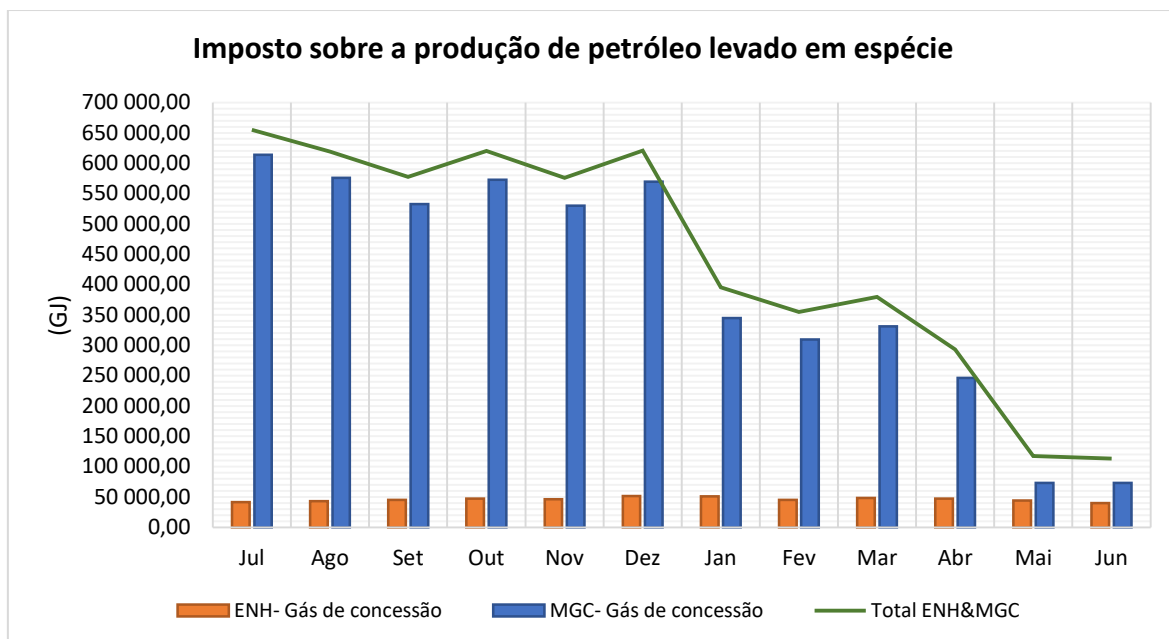


- A média ponderada de preço de condensado no âmbito do Acordo de Venda de Hidrocarbonetos Líquidos ter sido de USD12,21 por barril que é superior ao preço praticado no exercício anterior AF16 de USD6,45 por barril, devido, principalmente, o aumento dos preços do petróleo bruto (Brent) no mercado internacional.

2.3 Imposto sobre a produção de petróleo (Royalty)

O imposto sobre a produção de petróleo levado em espécie pela Matola Gas Company (MGC) e pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) no período de Julho de 2016 a Junho de 2017 foi 20,74% inferior comparativamente ao gás levado no período anterior de AF16. Isto deveu-se à redução do consumo do gás doméstico durante o período em apreço, com uma redução significativa nos últimos 2 meses do período reportado, devido

à diminuição da procura a jusante da rede de distribuição por parte MGC, conforme o gráfico abaixo.



2.4 Revisão das Operações

2.4.1 Operações nos campos de gás

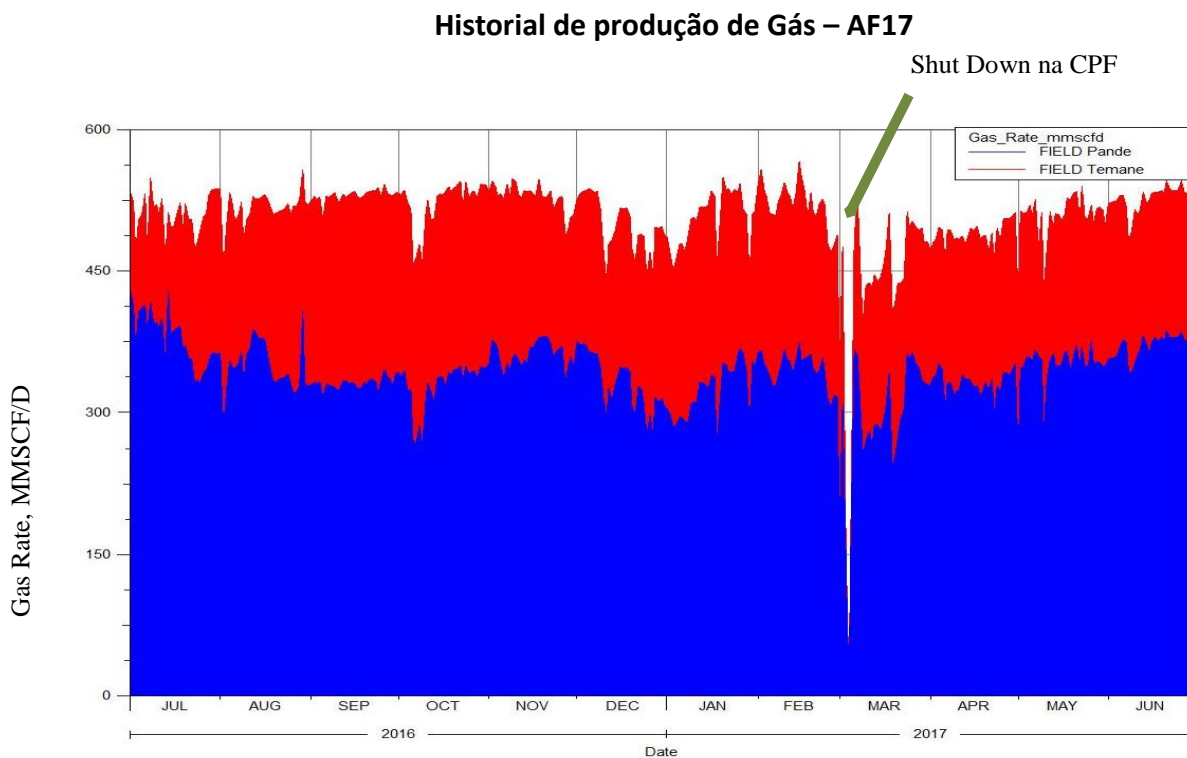


Figura 1: Produção média diária de Gás nos reservatórios Pande G6 e Temane G9, de Julho de 2016 a Junho de 2017

Historial de produção de condensado – AF17

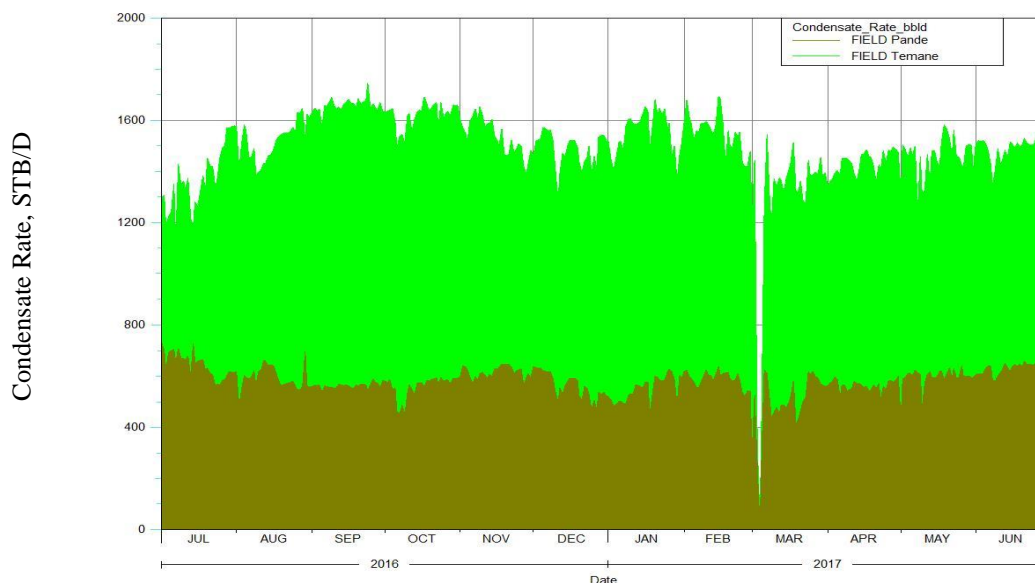


Figura 2: Produção média diária de condensado nos reservatórios Pande G6 e Temane G9 de Julho de 2016 a Junho de 2017

- A produção média de gás do PPA no ano financeiro 2017 (AF17) foi de 499,64MMscf/D (Milhões de pés cúbicos por dia), que corresponde a um aumento de 0,93% em relação ao ano anterior de AF16, que foi de 495MMscf/d. Houve um aumento de 4,64 MMscf/d com um rácio médio de contribuição de 31% para o campo de Temane e 69% para o campo de Pande.
- A Produção média total de condensado foi de 1271 STB/D (Barris por dia) no AF17, que corresponde a um aumento de 0,19% em relação a AF16, que foi de 1269 STB/D.
- A produção de condensado aumentou em 2 STB/D comparado ao mesmo período do AF16, devido a alta produção de Gás.
- Através dos gráficos acima apresentados, pode-se verificar que nos dias 4 e 5 de Março houve uma paragem de produção no CPF e nos campos com vista a levar a cabo a manutenção de rotina.

Monitoria do reservatório e desempenho dos campos de produção

No âmbito das actividades de monitoria do reservatório e avaliação do desempenho do

campo, foram identificados problemas de integridade dos furos, como indicado abaixo:

- O furo Pande-19 esteve fechado para a monitoria, devido a problemas de SSCV (válvula de controlo de segurança da superfície) na cabeça do furo. Neste contexto, o furo não pode produzir, portanto, a equipa de manutenção decidiu fechar até a substituição da nova válvula.
- Pande-21 foi fechado por dois meses para actividades de monitoria, tendo sido usado o Pande-20 como um furo de recorrência para compensar a perda de produção dos furos que se encontravam fechados devido aos problemas da sua integridade . Actualmente o furo Pande-21 voltou a produzir.
- Temane-9 encontra-se fechado desde Dezembro de 2015, devido à presença de um dispositivo que bloqueio a conduta do furo. A equipa de manutenção planificou conduzir uma operação de *wireline*” na cabeça do furo de modo a identificar a localização exacta do tal dispositivo e a sua remoção. Espera-se que a operação tenha lugar no próximo ano financeiro;
- Temane-14 foi fechado devido à produção excessiva de água e Temane-4 foi fechado devido a problemas de integridade do furo. Temane-7 tem sido usado como furo de recorrência para compensar a perda de produção dos furos fechados.

Pande-4, Interpretação Sísmica e Estudo de Impacto Ambiental

O progresso desta actividade no periodo em apreço é o seguinte:

Os resultados do processamento preliminar da sísmica 3D em volta do furo Pande-4 foram interpretados como um efeito de uma chaminé com bolsas de gás residual nos poros das areias conforme as características da sísmica da figura que se segue.

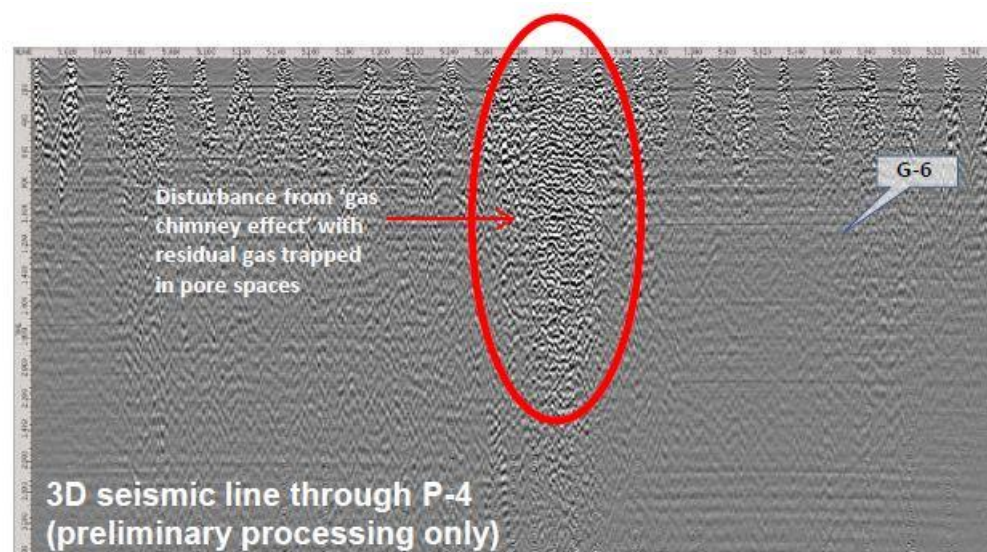


Figura 3: Caracterização sísmica que demonstra a ocorrência de Gás Residual em forma de chaminé

Para tal, a operadora solicitou um estudo de impacto ambiental para se fazer uma recolha de amostras do solo, da água subterrânea, da água de superfície e do gás com vista a coletar informações para melhor compreender os fenómenos que estavam a ocorrer à volta do furo Pande-4 e o seu impacto na saúde das comunidades.

Os resultados deste estudo mostraram que existe uma região com ocorrência de bolhas de água contendo gás em diferentes pontos à volta de Pande-4, com um raio de 100m e uma profundidade de 300m. O estudo de impacto ambiental mostrou, também, que esta ocorrência à volta de Pande-4 não representa risco para a saúde das comunidades circunvizinhas.

2.4.2 Operações na Central de Processamento (CP)

As operações na central de processamento (CP) estiveram estáveis durante o período reportado. As encomendas globais diárias foram alcançadas ao longo do período sem exceder os 2% de entregas. Contudo, ao longo do período reportado, ocorreram os seguintes eventos:

- Na unidade 40 (Unidade de desidratação do gás), a bomba de transporte de Tri-etileno glicol (PR-4101A) avariou devido a vibração excessiva. A equipa de manutenção reparou e já esta a funcionar normalmente;

- Na unidade 20 (Instalações de entrada da CP), foi feito um teste de funcionamento nas bombas de re-injecção de condensado e detectou-se uma falha de comunicação entre a bomba e o DCS (*distributed control system*) devido a danos dos vedantes da bomba. A equipa de manutenção substituiu os vedantes e já se encontra a funcionar correctamente;
- A unidade 61 (Compressor de Alta Pressão) avariou como resultado de alta pressão de descarga à saída do compressor. A investigação das possíveis causas foi realizada; não tendo sido encontrados grandes problemas após a reparação, a unidade foi posta a funcionar;
- A unidade 80 (Geração de energia) teve problemas no leitor de nível de óleo e avariou devido ao baixo nível de óleo no tanque (80-LI-388D). A equipa de manutenção fez a substituição do leitor de nível de óleo e a unidade se encontra a operar.

Entretanto durante o período, foram realizadas operações de manutenção para minimizar avarias e perdas de produção como se segue abaixo:

- Operações de manutenção programadas para os campos e CPF foram realizadas durante o período em apreço;
- A paragem anual planificada de produção foi realizada com sucesso, para permitir a instalação da linha secundária (*By pass*) na unidade 30 do compressor de baixa pressão e reparar a válvula de emergência (*ESD*) da conduta principal de Pande da unidade 11 que avariou durante o período em apreço;
- Na unidade 68 (Estação de medição de Gás Natural), foi realizada a calibração em conformidade com a NORMA ISO (Organização Internacional de Normalização) durante o mês de Abril de 2017, em todas as quatro linhas de fluxos e no HIPPS (Sistema de Protecção contra Pressão com Alta Integridade). No entanto a válvula Rotork da terceira linha de fluxo (69-XV-300), avariou devido à falha de comunicação. A detecção de falhas foi realizada e a equipa de manutenção decidiu isolar a válvula e operá-la manualmente.

2.4.3 Projectos de expansão

2.4.3.1. Projecto de Compressão de baixa pressão

Compressão de baixa pressão: Primeira fase

O progresso desde o último relatório foi o seguinte:

- Desde a reparação que tinha sido feita aos vedantes dos compressores de baixa pressão, os mesmos têm vindo a operar de acordo com a sua concepção;
- Durante a paragem anual planificada de produção em Março de 2017 foi concluída a instalação da linha secundária (by pass) do compressor de baixa pressão.

Compressão de baixa pressão: Segunda Fase

- A segunda fase do projecto de compressão de baixa pressão está em progresso e iniciou-se com o processo de verificação dos estudos de engenharia (FEED);
- O “*procurement*” para o terceiro compressor de turbina movida a Gás foi efectuado;
- O Benefício das operações (BO) para a segunda fase do projecto de compressão de baixa pressão está prevista para fins de Setembro de 2018.

2.4.3.2 Projecto de expansão 197 PJ/a através da eliminação de gargalos nas condutas de gás (*debottlenecking*)

O objectivo do projecto de *debottlenecking* é de aumentar a capacidade de processamento da CPF através de um capital mínimo fazendo pequenas modificações da planta.

Progresso desde o último relatório foi o seguinte:

- A fase de execução do projecto (RFC) e as operações de beneficiação (BO) foram executadas em Fevereiro de 2017, sendo que durante o mês de Junho de 2017 foi realizado um teste de 72 horas para a avaliação do desempenho do projecto de acordo com as boas práticas da indústria de petróleo;

2.4.3.3. Assuntos de Segurança, Saúde e Ambiente

Em geral o bom desempenho global de Segurança, Saúde e Ambiente (SS&A) e a implementação das iniciativas da Sasol relacionadas a SS&A estão a ser mantidas.

Não foram registados incidentes significativos de saúde, segurança e ambiente durante o ano financeiro 2016/2017.

Os programas de gestão de saúde ocupacional continuam a ser bem geridos e foi notável o progresso positivo no alcance de bons indicadores de desempenho em segurança.

A inspecção em higiene ocupacional e exposição a substâncias químicas perigosas agendada para o período em apreço foi concluída mas o relatório ainda não foi divulgado.

O programa de monitoria das análises médicas está em progresso obedecendo ao calendário e nenhuma anomalia foi identificada. Durante o mês de Outubro e Novembro de 2016 foram realizados alguns testes biológicos, os quais incluem: hemograma completa, funcionamento do fígado, dos rins e análise da urina; face à exposição química de que os trabalhadores estão sujeitos na planta, contudo nenhuma tendência anormal foi identificada nos trabalhadores.

A malária está mitigado. Durante o mês de Fevereiro a Março de 2017, observou-se na CP um aumento significativo do número de casos de malária. Durante o período em apreço foram observados 52 casos contra os 11 casos observados no mesmo período do ano financeiro 2016.

A celebração do dia Mundial da SIDA, a 1 de Dezembro de 2016, foi honrada com acções de formação em consciencialização, aconselhamento, distribuição de preservativos e sessões de testagem voluntária, que tiveram lugar na CP.

Durante o período em apreço tiveram lugar as seguintes auditorias:

- De 5 a 9 de Setembro, auditoria interna em Segurança, Saúde, Ambiente e Qualidade (SSA&Q); e em Novembro de 2016; auditoria independente em SSA&Q. Como resultado, não foram encontradas anomalias graves para ambas as auditorias interna e independente.
- De 28 de Fevereiro a 3 de Março foi conduzida na CP uma inspecção do Ministério do Trabalho. O foco principal foi saúde ocupacional e segurança no trabalho, e como resultados, não se identificou não-conformidades, porém foram deixadas algumas recomendações em relação às acções proactivas a serem empregues na

planta, desde o processo de indução, sinalização para fins de identificação do risco, avaliação e gestão de incidentes.

- De 18 a 20 de Abril de 2017, teve lugar na CP a auditoria legal em matéria de saúde e segurança ambiental e em Junho, foi divulgado o relatório preliminar que resultou em duas recomendações em relação à ausência de uma ficha de dados de segurança do material amontoado no recinto da CPF, bem como a falta de extintor de incêndio e respectiva sinalização no mesmo recinto.
- Em Junho de 2017, dois técnicos do MITADER (Ministério da Terra Ambiente e Desenvolvimento Rural) efectuaram uma visita de estudo à CP na semana de 19 a 23, que teve como objectivo proporcionar aos técnicos das instituições governamentais, conhecimentos básicos dos processos de operação na indústria de Petróleo e gás.

2.4.4. Aspectos Legais e Comerciais

Durante o ano reportado, a SPT deu a conhecer a existência de um saldo de USD 220 274,52 reflectindo um crédito a favor das Vendedoras devido às vendas de condensado, referentes às entregas feitas em Fevereiro de 2016 e facturadas a USD 0/bbl, num período em que o preço contratual era negativo, USD 4,47/bbl. Para a resolução desta questão, os Parceiros da JO decidiram renegociar um desconto para o saldo das vendas referentes ao Ano Financeiro 2017 (AF17), bem como renegociar os preços para Janeiro e Fevereiro de 2016. A esse respeito, a SPT, na qualidade de Coordenadora das Vendedoras, enviou à Petromoc, a 6 de Outubro de 2016, uma carta que reflecte o posicionamento das Vendedoras. A 3 de Março de 2017, a Petromoc pagou aos Parceiros da JO o valor total de USD 220 274,52.

Durante o mesmo período, os Parceiros do JO concluíram as negociações com a CTRG e seus Financiadores, relativas ao Acordo Directo e à Emenda ao Contrato de Venda de Gás à CTRG, como forma de assegurar financiamento ao Projecto da CTRG, tendo já assinado a Emenda ao Contrato de Venda de Gás à CTRG. Os referidos Contratos foram precedidos da emissão de um parecer legal pela CGA (uma Sociedade de Advogados independente), para avaliar a capacidade legal das Vendedoras de serem partes nos referidos contratos.

Relativamente aos Contratos de Venda de Gás ao mercado Moçambicano (com a ENH, a CTG e a ENH-Kogas), têm-se verificado atrasos recorrentes nos pagamentos de facturas, devido à falta de pagamento pelos consumidores a jusante de gás/energia. De modo geral, o levantamento de gás no ano financeiro 2017, pelos compradores de gás para o mercado nacional, incluindo de imposto sobre a produção em espécie (Royalty Gas), tem sido alegadamente afectado pela baixa procura de energia eléctrica por parte da EDM devido problemas administrativos, tendo em conta que aproximadamente 80% do gás vendido em Moçambique é utilizado para a produção de energia.

Tendo em conta que a obrigação de Levar ou Pagar, referente ao AF16, não foi cumprida pela ENH, ao abrigo do Contrato de Venda de 2MGJ de gás por ano, esta autorizou aos Parceiros da JO, no período reportado, a disponibilização ao mercado, bem como a venda dos referidos volumes de gás (831 397 GJ) não levantados, nem pagos por si. No que diz respeito ao AF17, durante o período de 1 de Julho a 11 de Agosto de 2016, a ENH, no âmbito do seu Contrato de Venda de 2MGJ/a, não nomeou gás, tendo, após o referido período, aumentado as nomeações das Quantidades Contratuais Diárias. Desse modo, prevê-se que haja obrigação de Pagar ou Levar para o AF17.

A 4 de Julho de 2016, a SPT, na qualidade de Coordenadora das Vendedoras e a Sasol Petroleum Mozambique (SPM) assinaram um Contrato de Serviços de Apoio aos Trabalhos de Perfuração (Acordo de Serviços), com o objectivo de maximizar sinergias operacionais, relacionadas com a utilização das instalações da área do PPA, para a execução do Contrato de Consentimento de Perfuração e Sísmica, que foi assinado a 30 de Junho de 2016, entre os Parceiros da JO e a SPM, visando permitir actividades de perfuração e sísmica nas áreas contíguas do PPA e do PSA em Temane.

Desde Fevereiro de 2017, os Parceiros do JO e a SPM tem estado a negociar o Contrato de Prestação de Serviços de Longa Duração, de Conexão da CPF à LPF (*CPF-LPF Tie-In and Long-Term Service Agreement*), através do qual a SPM solicita Serviços Adicionais ao Contrato de Prestação de Serviços de Apoio ao Contrato de Prestação de Serviços de Apoio acima mencionado, para o desenvolvimento da sua central de processamento de líquidos, que implica a instalação de novos equipamentos (Tie-in) e actualização da CPF

e/ou da Área do PPA, durante o desenvolvimento da Projecto da Área do PSA, bem como o fornecimento de diverso material, consumíveis e serviços diversos.

Desde o primeiro semestre do ano civil de 2016, os Parceiros da JO estiveram em negociações com a ROMPCO, sobre a metodologia a usar para o gás de manutenção da pressão do gasoduto (do gasoduto que liga Temane à Secunda), o que tem impacto sobre todos os Contratos de Venda de Gás. No último trimestre do ano civil de 2016, os Compradores da área do PPA chegaram a um acordo com a ROMPCO, para a redução do volume do gás de manutenção da pressão do gasoduto. Consequentemente, ao invés de um crédito de USD 70.662,62 a favor das Vendedoras, o crédito da MGC foi recalculado para USD 63.481,23, que já foi pago pela MGC.

Relativamente à nova legislação, a 31 de Agosto de 2016, o novo Regulamento dos Mecanismos e Procedimentos de Contratação de Cidadãos de Nacionalidade Estrangeira foi aprovado pelo Conselho de Ministros, através do Decreto número 37/2016, impondo maiores exigências na contratação de cidadãos estrangeiros, visando uma maior valorização da mão-de-obra nacional. Embora o referido Regulamento não seja aplicável ao Sector de petróleo e gás, que é regulado pelo Decreto número 63/2011, de 7 de Dezembro, aventa-se a possibilidade de tais disposições influenciarem a alteração do Regulamento de Contratação de Cidadão Estrangeiros do Sector Petrolífero de Mineiro.

A 3 de Outubro de 2016, o Conselho de Ministros aprovou o Modelo Nacional de Contrato de Concessão de Pesquisa e Produção de Petróleo, através da Resolução número 25/2016, que já está em vigor.

Através da Lei número 13/2016, de 30 de Dezembro, a Assembleia da Republica aprovou a emenda a alguns artigos do Código do IVA,. A referida Lei entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2017 e não tem impacto no Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. As principais alterações feitas são: (i) ampliação da definição de território, sendo que actualmente inclui áreas onde Moçambique tem direitos soberanos relativamente à prospecção, pesquisa e exploração de recursos naturais, designadamente o leito do mar, o seu

subsolo e as águas subjacentes; (ii) aplicação do IVA à prestação de serviços eletrónicos por sujeitos passivos do imposto, não residentes em Moçambique; (iii) extensão da isenção ao fornecimento de bens para portadores de deficiência, prestação de bens e serviços para os sectores da Educação, Saúde e Agricultura, bem como para transportes público; (iv) isenção para a prestação de serviços de fornecimento de água, irrigação e limpeza de valas de drenagem; (v) novas regras relativas a obrigações acessórias e reembolso de créditos fiscais; e (vi) extensão da isenção para a aquisição de serviços relativos à perfuração, pesquisa e construção de infraestruturas no âmbito da actividade mineira e petrolífera na fase de prospecção e pesquisa. A referida emenda ao Código do IVA não alterou a taxa do IVA (17%).

Através do Diploma Ministerial número 08/2017, de 16 de Janeiro de 2017, a Ministra dos Recursos Minerais e Energia aprovou o Guião de Implementação de Responsabilidade Social Empresarial para a Indústria Extractiva de Recursos Minerais, que é aplicável a todas as acções e iniciativas relacionadas com a responsabilidade social empresarial da indústria extractiva dos recursos minerais, especialmente no que toca ao investimento social, a fim de garantir que as empresas extractivas contribuam para o desenvolvimento económico e sustentável local e da sociedade em geral.

Não há litígios a reportar, durante o presente ano.

2.4.6 Responsabilidade Social Empresarial

No âmbito da sua Responsabilidade Social Empresarial, a CMH e os seus parceiros continuam a contribuir para o desenvolvimento socio-económico das comunidades situadas na Província de Inhambane, região onde se localiza o Projecto de Gás Natural Pande e Temane em Moçambique.

De Julho de 2016 a Junho de 2017, o Consórcio apoiou a implementação de projetos sociais na Província de Inhambane, tendo investido o valor total de USD 1 729 918 (em que a CMH contribuiu com 25%, equivalente a USD 432 479).

Durante o ano, foram realizadas as seguintes atividades:

- **Construção de um sistema de abastecimento de água em Inhassoro**

Este período foi marcado pelo início dos trabalhos de construção do sistema de abastecimento de água de Inhassoro. Este projecto cuja conclusão está prevista para Novembro de 2017 poderá beneficiar cerca de 24 mil pessoas das comunidades de Inhassoro e arredores.

- **Capacitação de professores**

O programa de capacitação de professores beneficiou 42 professores com formação adicional nas disciplinas de física, química e matemática. Como parte integrante do projecto, foram distribuídos kits de laboratório nas escolas beneficiadas, de forma a permitir um ambiente de aprendizagem mais interativo e prático. O projecto de capacitação de professores visa melhorar a competência dos professores nas escolas secundárias de Inhassoro e assegurar a prontidão dos alunos para a universidade.

- **Programa de desenvolvimento para jovens**

Durante o ano, foi finalizada a construção de um centro de capacitação para jovens empreendedores. O objetivo deste projeto é disponibilizar um centro para acomodar jovens empreendedores e criar as condições necessárias para o desenvolvimento das suas habilidades e dos seus negócios, permitindo que eles sejam agentes de mudança em suas próprias comunidades e que eles estejam envolvidos de forma activa no desenvolvimento de seu próprio futuro sustentável.

Durante o ano, 42 jovens empreendedores receberam treinamento e assistência em seus negócios.

- **Programa de geração de renda**

A UJV estabeleceu parcerias com associações locais para a implementação de projectos de geração de renda que envolvem a produção de ovos e frangos e a horticultura, a fim de assegurar uma fonte adicional de renda para cerca de 50 famílias vivendo em diferentes comunidades em Inhassoro.

Neste ano, os beneficiários do projecto de produção de ovos e frangos conseguiram produzir um total de 117 022 ovos e adquirir mais 5 500 pintos. Para o projecto de horticultura, foi alocado um terreno aos beneficiários e decorre de momento a preparação da terra.

O programa de geração de renda garante que as associações envolvidas recebam o treinamento necessário e apoio financeiro para o desenvolvimento destes negócios.

- **Reabilitação de fontes de água**

Diversos furos com bombas manuais foram construídos em diferentes comunidades ao redor do CPF com alta prevalência de doenças transmitidas pela água devido à inacessibilidade à água potável, porém, muitos dos furos construídos anteriormente não estão mais operacionais. Com vista a minimizar esta situação, durante o exercício foram reparadas algumas fontes de água.

- **Capacitação do Governo local para o planejamento urbano de Mangungumete**

Mangungumete como outras aldeias em torno CPF está a registar um rápido crescimento de sua população como resultado do desenvolvimento dos campos de gás de Pande e Temane e outros projetos na área (70% nos últimos 10 anos). Se o crescimento continuar de forma desordenada, pode ter consequências para a geração futura, não só em termos de acesso a recursos, mas também em termos de acesso a serviços sociais e habitação.

Face a esta situação, o Consórcio decidiu apoiar o governo local no desenvolvimento de um plano urbano que o auxilie a controlar melhor o crescimento populacional e a impulsionar a expansão da região de forma ordenada, permitindo que os recursos sejam distribuídos uniformemente na área.

- **Programa de desenvolvimento de empresas e fornecedores**

Este projecto visa apoiar as PME locais, incluindo fornecedores com intervenções de apoio financeiro e não financeiro para melhorar as suas capacidades empresariais, operacionais e técnicas, incluindo a conformidade legal permitindo que as empresas beneficiárias recebam formação nas áreas em que não dispõem de conhecimentos e em contrapartida, algumas destas empresas irão formar às outras empresas beneficiárias nas suas áreas de especialização, criando deste modo oportunidades de negócios entre si.

Neste período, um grupo de 17 PMEs trocou serviços de assistência técnica em diversas áreas de negócio (Saúde, Segurança e Meio Ambiente, Sistemas de Qualidade, Sistemas de RH, Conformidade Legal, Contabilidade e Finanças e Marketing), de acordo com as suas necessidades.

- **Reabilitação da Clínica de Temane**

No final do primeiro trimestre, uma forte tempestade danificou a sombra que cobre a área de espera na clínica Temane, uma das clínicas construídas pelo Consórcio, e a situação representou um alto risco para os usuários da clínica, portanto, foi realocado um valor do orçamento para resolução do problema e a clínica está a funcionar novamente.

- **Construção da clínica dentária de Pambara e aquisição de equipamento médico**

A comunidade do Distrito Administrativo de Mapinhane, que se enquadra no Distrito de Vilanculos perto do CPF, manifestou recentemente a necessidade de um centro de cuidados dentários. Em resposta, a UJV decidiu investir na ampliação da Clínica de Pambara, construída sob a UJV, para acomodar uma Unidade Odontológica, uma vez que está próxima da comunidade que efectuou o pedido.

Durante o ano, a construção da clínica foi finalizada e foi fornecido o equipamento odontológico necessário.

- **Apoio às vítimas do ciclone ‘Dineo’**

A Província de Inhambane foi recentemente assolada por um ciclone tropical, o ‘Dineo’, que afectou cerca de 130.000 famílias e destruiu várias infraestruturas públicas.

Em resposta a esta calamidade, o Consórcio doou um montante de USD 200 000 a ser canalizado às vítimas através da Cruz Vermelha de Moçambique, de forma a apoiar a assistência das vítimas do temporal na Província de Inhambane.

- **Relatório de avaliação do impacto dos projectos sociais**

O relatório do impacto dos projectos sociais implementados pelo Consórcio desde o início do projecto foi concluído. O documento inclui: história de beneficiários, relatório fotográfico e um sistema operacional de mensuração e avaliação.

3. Actividades da CMH

3.1 Aspectos Legais

Durante o presente ano, a CMH esteve em processo de constituição do seu Fundo de Pensões gerido pela Moçambique Previdente. Este processo foi concluído a 28 de Setembro de 2016 e a CMH tem estado a negociar com a Moçambique Previdente

potenciais investimentos a serem feitos com os montantes das contribuições para o Fundo de Pensões. Actualmente, os únicos investimentos feitos consistem em depósitos a prazo. Havendo necessidade de diversificação de investimentos, a CMH e a Moçambique Previdente estão a negociar as propostas de Política e Estratégia de Investimentos.

Durante o período reportado, a CMH foi convidada pela SPT, na qualidade de Operador, a fazer parte do inventário anual e semestral de bens nas Instalações da Central de Processamento, no âmbito do JOA. Nesse sentido, um Contabilista e um Jurista da CMH participaram no inventário anual, no dia 20 de Dezembro de 2016 e, a dia 31 de Março de 2017, no inventário semestral. A CMH aproveitou a oportunidade para verificar, na Conservatória do Registo Predial de Vilanculos, o ponto de situação do registo dos bens imóveis, ao nível do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane, após a expansão do referido Projecto, o que carece de actualização.

Em Agosto de 2016, a CMH e a AFI Corporate Advisors (PTY) Limited (AFI) assinaram o Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria Financeira, com o objectivo de avaliar o Projecto de Gás Natural Pande e Temane, tendo em conta o seu valor de mercado. O Relatório Final já foi apresentado à CMH.

Relativamente à nova legislação, a CMH tem estado envolvida nas discussões da Proposta da Lei do Sector Empresarial do Estado, tendo a primeira versão sido apresentada em 2014.

Não há litígios a reportar durante o presente ano.

3.2 CMH na Bolsa de Valores de Moçambique (BVM)

Durante o presente ano, o valor das acções manteve-se em 775 Meticais. A 30 de Junho de 2017, a CMH tinha 1 243 accionistas, dos quais 1 241 accionistas da classe C, um accionista da classe A (o Estado) e um accionista da classe B (ENH).

Desde 26 de Julho de 2016, não foram efectuadas transacções durante o ano reportado.

3.3 Recursos Humanos

Em Junho de 2017 a CMH contava com um total de 25 trabalhadores dos quais 84% eram quadros superiores. Em Julho de 2016 um técnico administrativo foi admitido e em Agosto de 2016 uma trabalhadora da área jurídica com mais de 35 anos de experiência

no sector de hidrocarbonetos, dos quais 13 anos foram dedicados à Direcção de Gestão de Contratos da CMH, reformou, tendo sido contratada como assessora e coordenadora da direcção por um período de um ano, de modo que continue a transmitir experiência aos quadros da referida direcção.

Havendo necessidade de preencher a estrutura orgânica e conforme o quadro de pessoal aprovado, foram nomeados dois chefes de sector, de administração e património e jurídico, em Julho de 2016.

De modo a contribuir com seu papel contínuo de responsabilidade social e proporcionar experiência profissional a estudantes recém graduados e ao mesmo contribuir para o desenvolvimento sócio-económico do país, a CMH continua a oferecer um programa de estágio pré-profissional nos termos da Lei de Trabalho, por um período de 6 meses nas áreas de técnica, jurídica e contabilidade e gestão.

A CMH continua a priorizar a formação profissional dos seus colaboradores. Durante o ano o valor total de cerca de USD 300 000 foi investido na formação. Quadros júniores como séniores beneficiaram-se de programas de formação com especial enfoque às áreas de contabilidade, finanças, legalidade, técnica, incluindo programas de elevação de nível académico, e especialização em áreas técnica. Em Novembro de 2016 um trabalhador foi graduado em *Master of Science in Human Resource Management* pela Heriot-Watt University, no mesmo mês outro trabalhador foi graduado em *Master in Petroleum and Natural Gas Engineering* pela Bircham International University e em Dezembro, uma trabalhadora foi graduada em *Master of Science in Oil and gas Law* pela Robert Gordon University, tendo todos frequentado cursos a distância. Durante o ano, um trabalhador obteve ainda o grau de licenciatura em Engenharia e Gestão de Energias Alternativas e Recursos Petrolíferos.

Como forma de adequar os instrumentos normativos ao crescimento e desenvolvimento da empresa, durante o ano foi actualizado o manual de procedimentos administrativo financeiros e comerciais e iniciou-se a revisão da política e regulamento de formação da empresa.

No âmbito da entrada em vigor da lei de probidade (Lei nº16/2012, de 14 de Agosto), que dentre outros assuntos, estabelece a obrigatoriedade de constituição de comissões de ética nas empresas públicas ou de capitais públicos, foi constituída a comissão de ética pública na CMH a 4 de Junho de 2013. Findo o primeiro mandato a 3 de Junho de 2016, novos membros da comissão foram eleitos, para um mandato de três anos, a 13 de Outubro de 2016.

Em Agosto de 2016, o Conselho de Administração da CMH aprovou a constituição de um fundo fechado de pensões dos trabalhadores da CMH, como complemento ao sistema de segurança social obrigatória gerido pelo Instituto Nacional de Segurança Social, cuja gestão foi confiada à Moçambique Previdente e foi constituída a nível da CMH uma comissão de acompanhamento do referido fundo.

3.4 Responsabilidade Social Empresarial (RSE) da CMH

A CMH continua a comprometer-se com desenvolvimento socioeconómico das comunidades moçambicanas apoiando anualmente projetos sociais alinhados a nossa política de responsabilidade social empresarial.

Durante o ano exercício findo a 30 de junho de 2017, um valor total de USD 495 331 foi investido em projectos de responsabilidade social empresarial. Neste contexto, as seguintes atividades tiveram lugar:

- **Cultura e desporto**

Durante o exercício, a CMH patrocinou a edição 2016 de Ngoma Moçambique, bem como a produção do álbum de um grupo afro-jazz moçambicano chamado 'Nondje'.

Na área do desporto, apoiou a participação da seleção masculina de sub-16 de basquetebol no campeonato africano da modalidade, que teve lugar em Agosto de 2017, nas Maurícias.

- **Saúde**

Foi realizada uma feira de saúde aberta na escola primária de Ntwananu em Maputo. Durante a feira, cerca de 500 membros da comunidade afecta a referida escola e alguns funcionários da CMH fizeram testes exames médicos gratuitos para o IMC (índice de massa corporal), pressão arterial e glicemia, além de participar de uma aula de aeróbica

coletiva e uma palestra sobre a prevenção de doenças cardiovasculares e diabetes.

Durante o ano, a CMH patrocinou a realização do Cultural Sarau 2016, um evento promovido pelo Clube de Negócios França-Moçambique com o objetivo de angariar fundos para os projetos sociais desenvolvidos pelo Instituto do Coração em Moçambique. No que diz respeito às atividades de saúde, foi organizado um rastreio oftalmológico gratuito para os funcionários da empresa. O rastreio teve lugar nos escritórios da CMH e os funcionários aderiram consideravelmente.

- **Acções de solidariedade**

Em Dezembro, apoiou o natal do doente do hospital psiquiátrico do Infulene, tendo efectuado a entrega de diversos produtos alimentícios e brindes de forma a proporcionar um natal condigno aos pacientes que provém na sua maioria de famílias desprovidas.

Durante o ano, foi celebrado um contrato para a reabilitação do muro do Orfanato Arco-Íris, garantindo uma melhor segurança para as crianças. Os trabalhos de construção começaram em junho de 2017 e deverão ser concluídos no próximo exercício.

Como parte de suas ações de solidariedade, apoiou igualmente o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) na aquisição de material de construção para as populações afetadas pelo ciclone 'Dineo' que atingiu a Província de Inhambane em meados de Fevereiro de 2017. Para além da contribuição da empresa, foi feito um apelo interno aos colaboradores para o apoio às vítimas do ciclone que resultou na angariação de diversos bens de primeira necessidade.

- **Educação**

Na área da educação, foi realizada uma palestra direccionada aos estudantes dos cursos relacionados ao sector da indústria petrolífera da Universidade Técnica de Moçambique (UDM) em Maputo. A palestra teve como tema: “Cadeia de valor e os processos produtivos do gás natural de Pande e Temane” e contou com a participação de cerca de 120 jovens estudantes.

A CMH financiou a reabilitação de uma escola primária comunitária e centro de atendimento à criança em Maputo com o objetivo de proporcionar um melhor ambiente de aprendizagem para cerca de 395 crianças desfavorecidas. Os trabalhos de construção deverão ser concluídos durante os primeiros meses do próximo exercício.

Patrocinou a realização das "VII Olimpíadas Samora Machel", um evento promovido pela Direcção de Juventude e Desportos da Cidade de Maputo que teve como objectivo educar a adolescentes e jovens moçambicanos sobre o legado do primeiro presidente de Moçambique através de um vasto programa de actividades culturais, desportivas e recreativas.

Durante o ano, patrocinou igualmente várias organizações da sociedade civil e eventos relacionados à indústria e suas áreas de Responsabilidade Social Corporativa.

- **Aumento do acesso ao gás canalizado nas comunidades**

A CMH continua a envidar esforços com vista a aumentar o acesso ao gás nas comunidades a volta de Pande e Temane através do financiamento da 4ª fase do projeto de expansão da rede de distribuição de gás natural que trará gás canalizado para mais 250 famílias nos Distritos de Vilanculo, Inhassoro e Govuro na Província de Inhambane.

- **Valorização e bem-estar dos colaboradores**

Neste contexto, foram realizados eventos internos alusivos ao aniversário da CMH, época festiva, dia da mulher moçambicana, dia internacional do trabalhador e dia da criança.

3.5 Empresa holding e participadas

A CMH é controlada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), empresa pública, que detém 70% das acções da CMH (série B); pelo Estado moçambicano, representado pelo Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), que detém 20% das acções (série A); os restantes 10% das acções (série C) são detidos por pessoas singulares e colectivas nacionais.

3.6 Assembleia Geral

A 29 de Setembro de 2016, foi realizada a Assembleia Geral, onde foram aprovados o Relatório e Contas do ano findo a 30 de Junho de 2016, bem como a distribuição de dividendos. Durante a mesma sessão:

- I. Foram homologadas a Emenda do Contrato de Venda de Gás à CTRG, o Contrato de Consentimento de Perfuração e Sísmica, bem como Emendas ao Primeiro e Segundo Contratos de Venda de Gás e ao Contrato de Venda de Gás à MGC.

- II. Foi aprovado o Acordo Directo entre os Parceiro do JO, a CTRG e os Financiadores da CTRG.
- III. Foi indicada a BDO como o novo Auditor da CMH para o AF2017, AF2018 e AF2019.

A referida sessão da Assembleia Geral foi interrompida e prosseguida no dia 17 de Outubro de 2016, onde foram eleitos novos membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração.

3.7 Demonstrações financeiras preparadas de acordo com as normas de IFRS

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) e as interpretações de Comité de Interpretações sobre Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRIC), emitidas e em vigor em 30 de Junho de 2017.

3.8 Gestão da dívida

3.8.1 Serviço da dívida

Durante este exercício findo em 30 de Junho de 2017, a CMH cumpriu as obrigações relacionadas com o serviço da dívida dos primeiros e segundos contratos de empréstimos. Um montante total de USD 15 303 274 foi pago como serviço da dívida durante este ano, sendo USD 13 239 866 relativos a amortização do capital e USD 2 063 408 relativos a juros, conforme demonstrado na tabela abaixo.

(USD)

	30 Setembro 2016		15 Dezembro 2016		31 Março 2017		15 Junho 2017		Total AF 17		Saldo da dívida
	Juros	Capital	Interest	Capital	Interest	Capital	Interest	Capital	Interest	Capital	
DBSA TRANCHE A	91 500	1 388 889	-	-	45 500	1 388 889	-	-	137 000	2 777 778	-
DBSA TRANCHE B	-	-	537 165	2 261 860	-	-	414 830	2 261 860	951 995	4 523 720	11 309 296
AFD EMPRÉSTIMO A	57 420	1 336 778	-	-	-	-	-	-	57 420	1 336 778	-
AFD EMPRÉSTIMO B	-	-	495 014	2 300 795	-	-	421 979	2 300 795	916 993	4 601 590	11 503 979
TOTAL	148 920	2 725 667	1 032 179	4 562 655	45 500	1 388 889	836 809	4 562 655	2 063 408	13 239 866	22 813 275

3.8.2 Rácios Financeiros

O acordo assinado com a AFD e DBSA em 20 de Maio 2010 permite a CMH pagar

dividendos não excedendo 50% do lucro líquido, após o período de disponibilidade. O pagamento dos mesmos está sujeito a determinados rácios financeiros calculados numa base semestral, nomeadamente:

Ratios	30 de Junho de 2016	31 de Dezembro de 2016	30 de Junho de 2017	Dividends Level (AAP) ^a	Default Level (AAP)
Rácio de Projecção Anual de Cobertura do Serviço da Dívida	3.26	1.17	1.86	1.5	1.35
Rácio Histórico Anual de Cobertura do Serviço da Dívida	2.59	1.78	2.73	1.5	1.35
Rácio de Cobertura do Empréstimo	4.47	3.59	2.80	2.0	1.6
Rácio Dívida / Capital	14:86	12:88	9:91	N/A ^b	70:30

a. AAP – Após o período de disponibilidade

b. Não Aplicável

3.9 Investimento de curto prazo (Investimentos Permitidos)

3.9.1 Contas no estrangeiro (Off-Shore)

De acordo com os contratos de financiamento, os financiadores (AFD e DBSA) autorizaram a CMH a investir até 70% do saldo nas contas *offshore* (conta de Reserva do Serviço da Dívida, conta de Reserva de despesas de Investimento e conta de Receitas) em depósito a prazo no Standard Bank da África do Sul Lda.

Durante este exercício, um montante médio de USD 102 336 459 foi investido trimestralmente a uma taxa de juros média de 0,94% e o total de juros auferidos até a data foi de USD 845 663.

3.9.2 Contas no país (On-Shore)

De modo a obter juros razoáveis nas contas correntes (on-shore) a CMH convidou vários bancos Moçambicanos a apresentarem propostas de termos e condições para remuneração dos depósitos correntes nessas contas.

A melhor proposta foi oferecida pelo Barclays Bank Moçambique, por um período de 12 meses. Desde 1 de Abril 2017, as seguintes taxas locais estão a ser aplicadas: 10% para conta em Meticais e 0,25% para conta em USD, sem obedecer qualquer condição de saldo mínimo.

3.10 Alteração de políticas contabilísticas

No ano financeiro de 2017 foi incluído as políticas contabilísticas do IAS 19 Benefícios do

Trabalhadores.

3.11 Dividendos pagos e declarados

Observando o disposto nos Estatutos da CMH, a Política de Distribuição de Dividendos e os compromissos com os actuais Financiadores da CMH, durante o ano financeiro (AF) 17, a CMH efectuou o pagamento total de USD 11 810 000,00 a título de dividendos, aos seus accionistas, referentes aos Anos Financeiros 2014 e 2015. O referido pagamento foi feito observando os rácios financeiros acordados nos contratos de empréstimo.

USD

Ano Financeiro	Dividendos Declarados			Dividendos pagos			Saldo declarado sujeita à aprovação dos financiadores para a distribuição
	Data da Assembleia Geral	Dividendos sobre o lucro	Total dos dividendos declarados	Data do pagamento	Dividendos pagos	Total de Dividendos pagos	
AF06*	14/12/2007	49%	6 427 076	-	-	-	4 209 256
AF 07**	19/06/2008	50%	2 911 101	-	-	-	2 911 101
AF 08**	11/12/2008	25%	5 253 297	-	-	-	-
AF 09**	26/11/2009	25%	4 427 978	26 de Janeiro 2009	2 217 820	2 217 820	-
AF 10**	11/11/2010	45%	4 171 003	-	-	-	-
AF 11**	29/11/2011	45%	10 420 453	19 de Agosto 2010	1 250 000	2 500 000	-
				29/31 de Março 2011	1 250 000		
FA12**	27/11/2012	50%	14 340 592	29 de Setembro 2011	1 250 000	2 500 000	-
				4 de Abril 2012	1 250 000		
AF13**	20/11/2013	50%	14 701 320	21 de Novembro 2012	2 500 000	10 470 000	-
				14 de Dezembro 2012	4 170 000		
				12 de Abril 2013	3 800 000		
AF14**	30/09/2014	75%	28 385 507	17 de Setembro 2013	3 290 000	11 950 000	-
				17 de Dezembro 2013	4 060 000		
				16 de Abril 2014	4 600 000		
AF15**	29/09/2015	50%	26 459 793	23 de Setembro 2014	7 205 584	30 000 000	17 499 942
				16 de Abril 2015	22 794 416		
AF16**	29/09/2016	50%	12 120 939	17 de Setembro 2015	14 930 000	21 430 000	12 120 939
				14 de Abril 2016	6 500 000,00		
AF17**				22 de Setembro 2016	3 460 000,00	11 810 000	
				13 de Abril 2017	8 350 000,00		
Total			129 619 058		92 877 820,00	92 877 820	36 741 238

* Dividendos a distribuir entre os accionistas ENH (80%) e o Estado Moçambicano (20%)

** Dividendos a distribuir entre os accionistas ENH (70%), e o Estado Moçambicano (20%) e o Sector Privado (10%)

4. Eventos subsequentes

O Acordo Directo entre os Parceiro do consórcio (JO), a CTRG e os Financiadores da CTRG foi assinado em Julho de 2017.

A 14 de Julho de 2017, a SPM solicitou a suspensão das negociações Contrato de Prestação de Serviços de Longa Duração, de Conexão da CPF à LPF até Dezembro de 2017, tendo em conta que os mesmo pretendem reduzir o objecto dos trabalhos pretendidos, em função dos resultados obtidos em Maio de 2017, nas actividades de perfuração na área do PSA.

IV. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras anuais da Companhia Mocambiçana de Hidrocarbonetos, SA, que compreendem a Demonstração da Posição Financeira a 30 de Junho de 2017 e a demonstração de lucros ou prejuízos e outros resultados compreensivos, demonstração de alterações no capital próprio e demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, assim como as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro. Adicionando, os administradores são igualmente responsáveis pela preparação do relatório e contas.

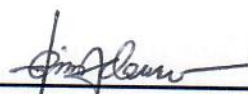
Os administradores são igualmente responsáveis por um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras que estejam isentas de distorções materialmente relevantes, quer devidas por fraude, quer a erro, e pela manutenção de registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz, bem como a conformidade com as leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

Os administradores fizeram uma avaliação da capacidade da entidade continuar a operar com a devida observância do pressuposto da continuidade, e não têm motivos para duvidar da capacidade da entidade poder continuar a operar segundo esse pressuposto no futuro próximo.

O auditor é responsável por reportar sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia Mocambiçana de Hidrocarbonetos, SA, conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração a 25 de Agosto de 2017 e foram assinadas em seu nome por:



Jahir Adamo

Presidente do Conselho de Administração



Tel: 258 21 300720
Fax: 258 21325091
Email: bdo@bdo.co.mz
www.bdo.co.mz

Av. 25 de Setembro
nº 1230,3º andar Bloco 5
Maputo-Moçambique
CP 4200

AOS ACCIONISTAS DA
CMH - COMPANHIA MOÇAMBICANA DE HIDROCARBONETOS, SA
MAPUTO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da COMPANHIA MOÇAMBICANA DE HIDROCARBONETOS, SA, que compreendem o balanço em 30 de Junho 2017 (que evidencia um total activos de USD 394 577 195 e um total de capital próprio de USD 224 823 528, incluindo um resultado líquido de USD 22 632 021), a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas apresentadas nas páginas 47 à 95.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da COMPANHIA MOÇAMBICANA DE HIDROCARBONETOS, SA em 30 de Junho 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e de acordo com a legislação comercial vigente.

Base para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM). Somos independentes da Entidade nos termos das Normas de Ética dos Contabilistas Profissionais Código e Ética da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da OCAM.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de Auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias devem ser consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada a esse respeito.

1 Reservas de gás e petróleo

Matéria relevante de Auditoria

A estimativa das reservas de petróleo e gás exigem julgamentos e pressupostos importantes por parte da administração e dos engenheiros. Estas estimativas têm um impacto relevante nas demonstrações financeiras, particularmente: testes de imparidade; depreciação, extracção e amortização (DD & A); provisões de abandono e continuidade das operações.

Existe uma incerteza técnica na avaliação das quantidades das reservas e pressupostos contratuais complexos que concorrem para a determinação das reservas, em particular no sector de petróleo e gás e nos acordos de operações conjuntas (JO) em vigor. Esta incerteza técnica é ainda maior, no caso de hidrocarbonetos.

Divulgações relacionadas

Ver a nota 2.1 das demonstrações financeiras anexas.

Resposta de Auditoria

Os nossos procedimentos de auditoria concentraram-se no processo de avaliação das estimativas efectuadas pela administração, incluindo se existem desvios na determinação de reservas e recursos. Os nossos procedimentos incluíram:

- Avaliação da competência e objectividade dos especialistas internos e externos envolvidos no processo da determinação das estimativas;
- Assegurar que as adições ou reduções significativas nas reservas provadas são compatíveis com as Normas e Directrizes Técnicas de Avaliação das Reservas;
- Teste aos controlos sobre o processo de revisão das reservas, e
- Discussão e garantia de que todas as avaliações das reservas sejam consistentes com o nosso entendimento.

2 Provisão de encerramento (Abandono)

Matéria relevante de Auditoria

As provisões de abandono são obrigatórias quando existe uma obrigação legal ou construtiva decorrente de desmantelamento de um sítio (campo).

Durante o ano, foram realizados trabalhos de superfície adicionais, aumentando as áreas a reabilitar dos campos de Pande e Temane.

No corrente ano, verificou-se uma redução da provisão de abandono de USD 16 634 186 devido à extensão da data de abandono, de 2046 a 2054, uma vez que a Operação Conjunta (JO) manterá a propriedade da Central de Processamento (CPF), mesmo após o termo da licença do Contrato de Produção de Petróleo (PPA), e a CPF será utilizada para processar o gás da área do Contrato Compartilhado de Petróleo (PSA).

Devido à incerteza na mensuração das provisões, este assunto é classificado com uma matéria relevante de auditoria.

Divulgações relacionadas

Ver as notas 3.7 e 19 das demonstrações financeiras anexas.

Resposta de Auditoria

Os nossos procedimentos incluem, entre outros:

- Avaliamos a provisão de abandono de modo a assegurar se a mesma é correcta e se foi correctamente registada. Confirmamos os principais pressupostos, confrontando com a documentação de suporte e efectuamos as necessárias indagações à gestão.
- Asseguramos que a provisão de abandono é correctamente descontada e confirmamos se a taxa de inflação é apropriada.
- Efectuamos a revisão das correspondências com as autoridades locais competentes em matéria de provisões de reabilitação e compromissos em Moçambique de modo a garantir a exactidão e totalidade dos montantes apresentados.

- Avaliamos as divulgações sobre as estimativas, que foram efectuadas nas demonstrações financeiras.

3 Valor acumulado dos activos de Exploração e Avaliação (E&A) e custos capitalizados

Matéria relevante de Auditoria

As despesas de exploração e avaliação capitalizadas (E&A) representam uma parte significativa dos activos da entidade.

Existe o risco de que os activos sejam registados por um valor superior ao seu valor recuperável, dado ao contínuo ambiente de baixa dos preços.

Divulgações relacionadas

Ver a nota 3.5 das demonstrações financeiras anexas.

Resposta de Auditoria

Os nossos procedimentos incluem, entre outros:

- Analisamos as avaliações, efectuadas pelos órgãos de gestão relativamente aos activos E&A capitalizados e reportados, com referência aos critérios da IFRS 6 (Exploração e Avaliação de Recursos Minerais) e a política contabilística da empresa (ver nota 3.5).
- Em 2017, a entidade continuou a analisar suas estratégias de exploração e áreas geográficas de foco exploratório no contexto de um cenário de preços baixos de petróleo. O nosso trabalho considerou ambos os factores. Os procedimentos de auditoria que realizamos, incluíram a obtenção de uma compreensão da actividade de exploração e avaliação (E&A) em curso, entrevistando funcionários operacionais e de finanças em todos os principais locais e recolhendo evidências de auditoria para avaliar o valor dos activos de E&A acumulados. Estas evidências incluíram orçamentos dos projectos aprovados e confirmações das actividades de avaliação contínua e a fase de licença.
- Em relação aos custos capitalizados no ano:
 - (i) Testamos uma amostra de adições capitalizadas, confrontando com as facturas e asseguramos que estas estão devidamente capitalizados de acordo com a IAS 16. Concluímos que estas despesas são de natureza capital e não despesas administrativas;
 - (ii) Durante o exercício, identificamos especificamente as adições relativas a actividade de exploração mineira e não a outros activos tangíveis;
 - (iii) Asseguramos que as adições do exercício foram substancialmente testadas quanto à existência e exactidão, bem como avaliadas quanto à adequação da capitalização.
- Quando um activo encontra-se em imparidade, desafiamos a administração nos eventos que levaram à redução ao valor recuperável, incluindo a referência a futuras despesas orçamentadas. Quando um activo demonstra indicadores de imparidade, mas foi mantido na demonstração da posição financeira, reunimos provas em relação ao estado da actividade de avaliação, alocação de orçamento e qualquer conclusão sobre a comercialização.
- Em algumas circunstâncias, os custos de exploração dos poços continuam a ser mantidos na demonstração da posição financeira por um período significativo de tempo, quando o consentimento do desenvolvimento é obtido.

Informação distinta das demonstrações financeiras e do relatório de auditoria sobre as mesmas

A Administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende as informações incluídas no relatório anual, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação, em consequência, considerar se essa outra informação é relevante é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar sobre este facto.

Responsabilidades da Administração e dos Encarregados da Governação pelas Demonstrações Financeiras.

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis em Moçambique (PGC-NIRF) e de acordo com a legislação comercial vigente, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, a Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que a gerência tenha a intenção de liquidar a Sociedade ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da Sociedade.

Responsabilidades do auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isolados ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores, tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria, e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos a prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dada que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compressão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade.
- Avaliação adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a apropriação no uso, pela gerência, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da entidade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso-relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório.
Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria

Adicionalmente, declaramos aos encarregados da governação que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório de auditoria, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública ou quando, em circunstâncias raras, determinamos que a matéria não deve ser divulgada no nosso relatório porque, fazendo-o, existem consequências adversas que se espera possam ser maiores que os benefícios do interesse público.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nela constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.



Em relação ao cumprimento dos rácios

Em nossa opinião, os rácios da entidade estão em conformidade com o requerido pelo acordo de empréstimo, com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e do Development Bank of South Africa (DBSA) datado de 20 de Maio de 2010.

BDO (MOÇAMBIQUE), LDA

Sociedade de Auditores Certificados, nº 02/SAC/OCAM/2012, representada por:

Abdul Hamid

BDO

Engagement Partner: Abdul Satar A. Hamid

Auditor Certificado: 01/CA/OCAM/2012

Maputo, 19 de Setembro de 2017

VI. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO INTEGRAL

(Valor em USD)	Notas	30 de Junho de 2017	30 de Junho de 2016
Receitas	6	70 625 756	70 810 818
Outras receitas		61	1 785
Custos operacionais	7	(36 020 751)	(33 599 303)
		34 605 066	37 213 300
Despesas financeiras líquidas	8	(911 732)	(1 828 530)
Receitas financeiras		2 767 159	3 248 220
Despesas financeiras		(3 678 891)	(5 076 750)
Lucro antes do imposto		33 639 334	35 384 770
Imposto sobre o rendimento	9	(11 061 313)	(11 142 892)
Lucro		22 632 021	24 241 878
Total dos resultados compreensivos		22 632 021	24 241 878
Ganhos por acção			
Ganhos básicos por acção	10	3.81	4.08
Ganhos diluídos por acção	10	3.81	4.08

VII. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA A 30 DE JUNHO DE 2017

(Valor em USD)	Notas	30 de Junho de 2017	30 de Junho de 2016
ACTIVO			
Activos não – correntes			
Propriedade, instalações e equipamento	11	219 503 188	251 269 883
Activos intangíveis	12	7 788 824	8 460 215
Total de Activos não – correntes		227 292 012	259 730 098
Activos correntes			
Existências	13	909 743	1 230 985
Clientes e outros devedores	14	19 083 485	9 616 250
Caixa e equivalentes de caixa	15	147 291 955	135 411 987
Total de Activos correntes		167 285 183	146 259 222
Total do activo		394 577 195	405 989 320
Capital próprio			
Capital social	16	25 286 649	25 286 649
Capital suplementar	17	4 000 000	4 000 000
Reservas legais	17	5 057 330	5 057 330
Reservas de investimento	17	14 296 822	14 296 822
Resultados acumulados		176 182 727	165 360 706
Total de capitais próprios		224 823 528	214 001 507
PASSIVO			
Passivos não – correntes			
Empréstimos obtidos	18	13 687 965	22 813 275
Provisões	19	73 531 236	88 131 682
Outros credores	20	28 085	46 379
Impostos diferidos	9	63 073 476	62 649 855
Total de Passivos não – correntes		150 320 762	173 641 191
Passivos correntes			
Empréstimos obtidos	18	9 125 310	13 239 866
Fornecedores e outros credores	20	3 448 455	3 596 148
Provisões	19	1 224 127	1 499 051
Imposto sobre o rendimento	9	5 615 768	-
Dívidas a pagar entre empresas do grupo	21	19 245	11 557
Total de Passivos correntes		19 432 905	18 346 622
Total do passivo		169 753 667	191 987 813
Total de capitais próprios e passivo		394 577 195	405 989 320

VIII. DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES EM CAPITAL PRÓPRIO

(em USD)	Capital Social	Capital Suplementar	Reservas Legais (a)	Reservas de Investimento (b)	Lucro/(Perda) Acumulados	Total de Capital
Saldo em 1 de Julho de 2015	25 286 649	4 000 000	5 057 330	14 296 822	162 548 828	211 189 629
Lucro do exercício	-	-	-	-	24 241 878	24 241 878
Dividendos	-	-	-	-	(21 430 000)	(21 430 000)
Saldo em 1 de Julho de 2016	25 286 649	4 000 000	5 057 330	14 296 822	165 360 706	214 001 507
Lucro do exercício	-	-	-	-	22 632 021	22 632 021
Dividendos	-	-	-	-	(11 810 000)	(11 810 000)
Saldo em 30 de Junho de 2017	25 286 649	4 000 000	5 057 330	14 296 822	176 182 727	224 823 528

IX. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(em USD)	Notas	30 de Junho de 2017	30 de Junho de 2016
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Lucro líquido		22 632 021	24 241 878
Ajustamento para:			
Depreciação e amortização	7	21 895 746	18 626 502
Perdas cambiais não realizadas	9	(3 435 557)	265 136
Ganho de venda de activos	11	(179 343)	(1 785)
Despesas de juros	8	(1 089 323)	(461 244)
Receitas de juros	8	4 884 043	5 067 036
Imposto	9	11 061 313	11 142 892
		55 768 900	58 880 415
Varição do capital corrente			
Decréscimo de dívidas entre empresas do grupo		7 688	(21 441)
Acréscimo em outros devedores		9 467 235	1 331 122
Decréscimo (acréscimo) em existências		321 242	(172 160)
Acréscimo (decréscimo) em outros credores		165 987	(992 452)
Caixa gerado de actividades operacionais		65 731 052	59 025 484
Juros recebidos		1 031 841	461 244
Juros pagos		(2 063 408)	(2 851 475)
Imposto pago	9	(5 021 924)	(14 594 387)
Caixa líquido utilizado em actividades operacionais		59 677 561	42 040 886
Fluxos de caixa de actividades de investimento			
Aquisição de activos tangíveis	11	(22 939 841)	(11 566 965)
Alienação de activos tangíveis		179 342	-
Caixa líquido utilizado em actividades de investimento		(22 760 499)	(11 517 339)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento			
Reembolso de empréstimos	18	(13 239 866)	(14 576 643)
Dividendos pagos	22	(11 810 000)	(21 430 000)
Caixa líquido de actividades de financiamento		(25 049 866)	(36 006 643)
Líquido de caixa e equivalentes de caixa		11 867 196	(5 483 116)
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano		135 411 987	140 608 705
Efeitos cambiais sobre o caixa		12 772	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do ano	15	147 291 955	135 411 987

X. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Entidade a Reportar

A Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (“CMH” ou “Empresa”) é uma Sociedade de responsabilidade limitada, registada em Moçambique a 26 de Outubro de 2000, controlada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), que detém 70% das acções da empresa. A actividade operacional está relacionada com o desenvolvimento de operações petrolíferas como sua actividade principal.

A empresa foi indicada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P (ENH) e pelo Governo de Moçambique, para juntamente com a Sasol Petroleum Temane, Lda. (SPT), conduzir as operações petrolíferas nas áreas dos campos de produção de Pande e Temane, por um período de 30 anos, ao abrigo do Acordo de Produção de Petróleo (PPA) assinado em Outubro de 2000. A CMH também faz parte do Acordo de Operações Conjuntas (JOA) assinado com a SPT em Dezembro de 2002, cobrindo os reservatórios dos campos de Pande e Temane.

A quota de participação atribuída à Sociedade em relação aos direitos e obrigações derivados do Acordo de Produção de Petróleo e do Acordo de Operações Conjuntas era inicialmente de 30%, sendo os remanescentes 70% detidos pela Sasol Petroleum Temane (SPT). Como tal, a CMH teve o direito de adquirir um interesse participativo de 30% no projecto dos campos de gás de Pande e Temane, bem como na Central de Processamento (CPF). O projecto está actualmente operacional, com a SPT como operadora.

Um Acordo de Cessão (*Farm-Out*) foi assinado em 2003, pela Empresa, visando ceder à International Finance Corporation (IFC) uma quota de 5% no Acordo de Operações Conjuntas, que reduziu os 30% detidos pela Empresa no Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. Tomando em consideração que todas as condições dos contratos assinados anteriormente com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), com o Banco Europeu de Investimento (BEI), e com o Development Bank of Southern Africa (DBSA), foram cumpridas, foram criadas condições para a CMH executar o seu direito de participação no Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. Em Abril de 2006, foram assinados os seguintes documentos:

- i) O acordo de cessão do interesse participativo de 5% nos direitos e obrigações, nos termos do Acordo de Produção de Petróleo, entre o Governo da República de Moçambique, a

- ENH, a SPT, a CMH e a IFC;
- ii) O acordo de Novação entre a SPT, a CMH e a IFC, nos termos do qual a IFC assume o interesse participativo, incluindo todos os direitos e obrigações relativos ao seu interesse participativo e é obrigada, nos termos dos acordos do projecto, a exonerar a CMH de quaisquer responsabilidades emergentes dos interesses cedidos;
 - iii) O acordo de cessão e o compromisso de 5% do interesse participativo, nos termos do contrato de vendas de gás, assinado entre a Sasol Gas, a SPT, a CMH e a IFC, bem como o acordo feito para a Garantia de Desempenho (anexado ao acordo de vendas de gás assinado entre a Sasol Gas e a ENH);
 - iv) O acordo de cessão do interesse participativo de 5%, nos termos do Acordo de Operações Conjuntas, entre a CMH e a IFC.

Estes acordos tornaram-se eficazes a partir de 1 Abril de 2006, data do fecho financeiro, quando a Sociedade fez a sua contribuição, adquirindo o interesse participativo de 25%, na componente a montante do Projecto de Pande e Temane, em parceria com a SPT (70%) e o IFC (5%). Consequentemente, a partir de 1 de Abril de 2006, a CMH reconheceu a sua quota de activos e passivos controlados conjuntamente e a sua quota de receitas e despesas pelas quais é conjuntamente responsável.

Em Abril de 2009, o Governo de Moçambique aprovou a emenda ao Plano de Desenvolvimento, dando, assim, efeito ao Projecto de expansão do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. A expansão aumentou a capacidade de produção da CPF, de 120 MGJ/ ano para 183MGJ/ano.

O domicílio registado da Sociedade é: Av. Julius Nyerere nº 4003, Bairro de Sommerschild II. Maputo, Moçambique.

2. Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) com base no custo histórico ou noutro indicado. As transacções e os saldos relativos à quota da empresa nas operações do consórcio baseiam-se: no Resumo de Transacções e nas informações disponibilizadas pelo operador.

2.2 Moeda Funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Dólares Norte Americanos, que constitui a

moeda funcional da empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Dólares Norte Americanos foram arredondadas para a unidade do Dólar mais próximo.

2.3 Novas normas e interpretações ainda não adoptadas

Existem novas normas, emendas às alterações e interpretações contabilísticas emitidas mas ainda não efectivas para o exercício findo em 30 de Junho de 2017 e não foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras:

Efectiva para o exercício com início a 01 de Janeiro de 2016

- NIRF 14 Contas Regulamentares Diferidas.
- Classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente (Emenda à NIRF 11).
- Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização (Emenda à à NIC 16 e NIC 38).
- Agricultura: Plantas Produtoras (Emenda à NIC 16 e NIC 41).
- *Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas* (Emenda à NIC 27).
- Iniciativa de Divulgação (Emenda à NIC 1).
- *Entidades de Investimento: Aplicando a Isenção de Consolidação* (emendas à NIRF 10, NIRF 12 e NIC28).

Efectiva para o exercício com início a 01 de Janeiro de 2017

- Iniciativas de divulgação (Emenda à NIC 7).
- Reconhecimento de activos por impostos diferidos para perdas não realizadas (Emenda à NIC 12).

Efectiva para o exercício com início a 01 de Janeiro de 2018

- NIRF 15 Rébito de contratos com os clientes.
- NIRF 9 Instrumentos Financeiros.
- Classificação e mensuração transacções de pagamento com base em acções (emendas à NIRF 2).

Efectiva para o exercício com início a 01 Janeiro 2019

- NIRF 16 Locações.

Norma disponível para adopção opcional

- Venda ou a Contribuição de Activos entre um Investidor e sua Associada ou empreendimento conjunto (Emendas à NIRF 10 e NIC 28).

Todas as normas e interpretações serão adoptadas nas respectivas datas efectivas (excepto para Normas e Interpretações que não são aplicáveis à entidade).

NIRF 14 Contas Regulamentares Diferidas

A NIRF 14 fornece orientações sobre a contabilização de regulamentação saldos das contas de diferimento por adoptantes pela primeira vez das NIRF. Para aplicar essa norma, a entidade tem de ser a taxa regulada ou seja, o estabelecimento de preços que podem ser cobrados aos seus clientes por bens e serviços está sujeita a supervisão e/ou aprovação por um organismo autorizado.

A norma é efectiva para exercícios de relatórios financeiros com início em ou após 1 de Janeiro de 2016, com adopção antecipada permitida. Esta norma não é relevante para a Sociedade.

Classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente (emendas à NIRF 11)

As alterações exigem contabilidade combinação de negócios a ser aplicado a aquisições de participações em uma operação conjunta que constitui um negócio.

A combinação de contabilidade de negócios também se aplica à aquisição de participações adicionais em uma operação conjunta, enquanto as operadoras conjuntas mantenham o controlo conjunto. A participação adicional adquirida será avaliada pelo justo valor. A participação anteriormente detida na operação conjunta não será recalculada.

As emendas aplicam-se prospectivamente a períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2016 e a adopção antecipada permitida.

Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização (emendas à NIC 16 e NIC 38)

As emendas à NIC 16 Propriedade, Instalações e Equipamento indicam explicitamente que os métodos baseados em receitas de depreciação não podem ser usadas para a propriedade, instalações e equipamento.

As emendas à NIC 38 Activos Intangíveis introduzem uma presunção refutável de que o uso de métodos de amortização baseada em receita para os activos intangíveis são inadequados. A presunção só pode ser superada quando o rédito e o consumo dos benefícios económicos do activo intangível são "altamente correlacionados", ou quando o activo intangível é expresso como a mensuração do rédito.

As emendas aplicam-se prospectivamente a períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2016 e a adopção antecipada é permitida.

Agricultura: Plantas Produtoras (emendas à NIC 16 e NIC 41)

As emendas à NIC 16 Propriedade, Instalações e Equipamento e NIC 41 Agricultura exigem que uma planta produtora (que é uma planta viva usada exclusivamente para cultivar produtos ao longo de vários períodos) seja contabilizada como propriedade, instalações e equipamento de acordo com a NIC 16, Propriedade, Instalações e Equipamento, em vez da NIC 41 Agricultura. O produto que cresce em plantas produtoras permanecerá dentro do âmbito da NIC 41.

As emendas aplicam-se prospectivamente a períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2016 e a adopção antecipada é permitida, porém, não é relevante para a Sociedade.

Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas (Emendas à NIC 27)

As emendas permitem que uma entidade aplique o ***Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas*** para contabilizar os seus investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos .

As emendas são de aplicação retrospectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2016 e a adopção antecipada é permitida. Não há nenhum impacto para CMH, uma vez que não tem qualquer subsidiária.

Iniciativa de Divulgação (Emenda à IAS 1)

As emendas fornecem orientações adicionais sobre a aplicação da materialidade e agregação na preparação das demonstrações financeiras. As emendas esclarecem igualmente os princípios de apresentação aplicáveis a da ordem de notas, outros resultados compreensivos de equivalência patrimonial de investimentos e subtotais apresentados na demonstração da posição financeira e

na demonstração de lucros ou prejuízos e em outros resultados compreensivos.

As emendas são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2016 e é permitida a adopção antecipada.

Entidades de Investimento: Aplicando a Isenção de Consolidação (emendas à NIRF 10, NIRF 12 e NIC 28)

A emenda à NIRF 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas esclarece que subsidiárias de uma entidade de investimento são consolidadas em vez de ser mensurada ao justo valor através de lucros ou prejuízos. A emenda modifica igualmente a condição na isenção consolidação geral que requer que a empresa mãe ou última empresa mãe prepare as demonstrações financeiras consolidadas. A emenda esclarece que esta condição é igualmente satisfeita quando a empresa mãe ou filial mensura as subsidiárias ao justo valor através de lucros ou prejuízos de acordo com a NIRF 10 e não só quando a última empresa mãe ou empresa-mãe intermédia consolida suas subsidiárias.

A emenda à NNIRF 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades requer que uma entidade prepare as demonstrações financeiras em que todas as suas subsidiárias são mensuradas ao justo valor através de lucros ou prejuízos de acordo com a NIRF 10 para fazer divulgações exigidas pelas NIRF 12 relativas a entidades de investimento.

A emenda à NIC 28 Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos modifica as condições em que uma entidade não aplica o método da equivalência patrimonial aos seus investimentos em associadas ou empreendimentos conjuntos para alinhar estas relativamente as emendas às NIRF 10 condições por não apresentar demonstrações financeiras consolidadas. As emendas introduzem alívio quando se aplica o método de equivalência patrimonial que permite a entidade de não-investimento numa associada ou empreendimento conjunto seja uma entidade de investimento para manter o justo valor através de lucros ou prejuízos de mensuração aplicada pela associada ou empreendimentos conjuntos para as suas subsidiárias.

As emendas são de aplicação retrospectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2016, com adopção antecipada permitida.

Iniciativa de Divulgação (Emendas à NIC 7)

As emendas prevêm divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos resultantes de actividades de financiamento, incluindo as

mudanças decorrentes dos fluxos de caixa e não caixa . Isso inclui fornecer uma reconciliação entre os saldos de abertura e fecho para passivos resultantes de actividades de financiamento.

As emendas são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro 2017 e com adopção antecipada permitida.

Reconhecimento de Activos por Impostos Diferidos por Perdas não Realizadas (Emenda à NIC 12)

As emendas fornecem orientações adicionais sobre a existência de diferenças temporárias dedutíveis, que dependem exclusivamente de uma comparação entre a quantia escriturada de um activo e sua base fiscal à data de relato, e não é afectado por possíveis mudanças futuras na quantia escriturada ou o modo de recuperação do activo esperado.

As emendas fornecem igualmente orientações adicionais sobre os métodos utilizados para calcular o lucro tributável futuro para determinar se um activo por imposto diferido pode ser reconhecido.

A orientação é fornecida quando uma entidade pode assumir que recupere um activo relativamente a sua quantia escriturada, desde que haja provas suficientes de que seja provável que a entidade venha a conseguir tal feito.

São fornecidas orientações para diferenças temporárias dedutíveis relacionadas a perdas não realizadas não avaliados separadamente para reconhecimento. Estes são avaliados numa base combinada, a menos que uma lei fiscal restringe a utilização de prejuízos às deduções contra o resultado de um tipo específico.

As emendas são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro 2017 e adopção antecipada permitida.

NIRF 15 Rédito de contratos com clientes

Esta norma substitui a NIC 11 Contratos de Construção, a NIC 18 Rédito, IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 Transferência de activos de clientes e SIC-31 Rédito - Rédito - Transacções de Troca Envolvendo Serviços de Publicidade.

A norma contém um único modelo que se aplica a contratos com clientes e duas abordagens para reconhecer o rédito: em um ponto no tempo ou ao longo do tempo. O modelo apresenta uma análise de cinco etapas com base no contrato de transacções para determinar se, quanto e quando o rédito é reconhecido.

A norma passa a vigorar para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018, com adopção antecipada permitida.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

Em 24 de Julho 2014, o IASB emitiu a Norma final respeitante à NIRF 9 *Instrumentos Financeiros*, que substitui as versões anteriores da NIRF 9 e conclui o projecto do IASB para substituir a NIC 39 *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*.

Esta norma terá um impacto significativo sobre a Entidade, que incluem mudanças na base de mensuração de activos financeiros da Entidade para o custo amortizado, o justo valor através de outros resultados compreensivos ou justo valor através de lucros ou prejuízos. Mesmo que essas categorias de mensuração sejam semelhantes às NIC 39, os critérios de classificação para essas categorias são significativamente diferentes. Além disso, o modelo de imparidade da NIRF 9 foi alterado a partir de um modelo de "perda incorrida" da NIC 39 para um modelo de "perda esperada de crédito".

A norma é efectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018, com adopção antecipada permitida.

Esclarecer a contabilidade de pagamentos com base em acções (emendas à NIRF 2)

Actualmente, existe ambiguidade sobre a forma como uma empresa deve contabilizar certos tipos de acordos de pagamento com base em acções. O IASB tem respondido através da publicação de alterações ao pagamento com base acções em NIRF 2.

As emendas abrangem três áreas de contabilidade:

Mensuração de pagamentos com base em acções liquidadas em dinheiro - Actualmente, não há orientação na NIRF 2 sobre como mensurar o justo valor do passivo em um pagamento baseado em acções liquidadas em dinheiro. As emendas esclarecem que um pagamento com base em

acções liquidadas em dinheiro é mensurada usando a mesma abordagem que para pagamentos com base em acções liquidadas com capital próprio - ou seja, o método data da concessão modificada. Portanto, para mensurar as condições do mercado de responsabilidade e de não aquisição são tomadas em conta na mensuração do seu justo valor e o número de prémios a receber dinheiro é ajustado para reflectir a melhor estimativa dos que devem ser adquiridos como resultado de um serviço satisfatório e qualquer condições de desempenho que não seja do mercado.

As novas exigências não mudam o montante acumulado de despesa que seja reconhecida, porque o valor total para um pagamento com base em acções liquidadas em dinheiro ainda é igual ao valor pago no momento da liquidação.

Classificação dos pagamentos com base em acções liquidadas líquidas de retenções de impostos - A empresa pode ser obrigada a cobrar ou reter o imposto relacionado a um pagamento com base em acções, mesmo que a obrigação fiscal é muitas vezes uma responsabilidade do empregado e não a empresa. Actualmente, não está claro se a parte do pagamento com base em acções que é retido nestes casos devem ser contabilizados como liquidada com capital próprio ou liquidada financeiramente. As emendas introduzem uma excepção informando que, para fins de classificação, uma transacção de pagamento com base em acções com os empregados é contabilizado como liquidada com capital próprio se determinados critérios forem satisfeitos.

Contabilizando por uma modificação de um pagamento com base em acções liquidada financeiramente - Não há orientação específica na NIRF 2, que trata da contabilização quando um pagamento com base em acções é modificado a partir liquidada com capital próprio ou liquidada financeiramente. As emendas esclarecem a abordagem que as empresas estão a aplicar.

As emendas são efectivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018.

NIRF 16 Locações

A NIRF 16 foi publicado em Janeiro de 2016. Ela estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de locações para ambas as partes de um contrato, ou seja, o cliente (o «locatário») e o fornecedor (o «locador»). A NIRF 16 substitui as locações da norma anterior NIC 17 Locações, e interpretações relacionadas. A NIRF 16 tem um modelo para

os locatários que irá resultar em quase todos os contratos de arrendamento a ser incluída na demonstração da posição financeira. Não ocorreram alterações significativas para os locadores.

A norma passa a vigorar por períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro 2019, com adopção antecipada permitida somente se a entidade adoptar a NIRF 15. As disposições transitórias são diferentes para os locatários e locadores.

Venda ou Contribuição de Activos entre um Investidor e sua Associada ou Empreendimento Conjunto (Emendas à NIRF 10 e NIC 28)

As emendas exigem o ganho total a ser reconhecido quando os activos transferidos entre um investidor e sua associada ou empreendimento conjunto satisfazem a definição de um "negócio" em NIRF 3 Combinações de Negócios. Quando os activos transferidos não satisfazem à definição de um negócio, um ganho parcial à medida dos interesses dos investidores independentes na associada ou empreendimento conjunto é reconhecida. A definição de um negócio é a chave para determinar a extensão do ganho a ser reconhecido.

O IASB decidiu adiar a data efectiva para estas emendas indefinidamente. A Adopção ainda é permitida.

Resumo das normas e interpretações que ainda não estão em vigor é apresentado abaixo, juntamente com as datas em que foram emitidas pelo IASB:

Norma/Interpretação		Data de emissão pelo IASB	Data efectiva
NIRF 14	Contas regulamentares diferidas	Janeiro 2014	01 de Janeiro de 2016
NIRF 11	Contabilização de aquisições de participações em operações conjuntas	Mai 2014	01 de Janeiro de 2016
NIC 16 e NIC 38	Esclarecimento dos métodos aceitáveis de Depreciação e Amortização	Mai 2014	01 de Janeiro de 2016
NIC 16 e NIC 41	Agricultura: Plantas Produtoras	Junho 2014	01 de Janeiro de 2016
NIC 27	método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas	Agosto 2014	01 de Janeiro de 2016
NIRF 10 e NIC 28	Venda ou a entrada de bens entre um investidor e sua associada ou empreendimento conjunto	Setembro 2014	diferida indefinidamente
NIRF 10, NIRF 12	<i>Entidades de Investimento: Aplicando a Isonção de Consolidação</i>	Dezembro 2014	01 de Janeiro de 2016

e NIC 28			
NIC 1	Iniciativa de Divulgação	Dezembro 2014	01 de Janeiro de 2016
NIC 7	Divulgação de Emendas	Janeiro 2014	01 de Janeiro de 2017
NIC 12	Reconhecimento de activos por impostos diferidos para perdas não realizadas	Maio de 2014	01 de Janeiro de 2017
NIRF 15	Rédito de contratos com clientes	Maio de 2014	01 de Janeiro de 2018
NIRF 9	Instrumentos Financeiros	Julho 2014	01 de Janeiro de 2018
NIRF 2	Emendas de pagamentos com base em acções	Junho 2016	01 de Janeiro de 2018
NIRF 16	Loações	Janeiro 2016	01 de Janeiro de 2019

3. Resumo das Principais Políticas Contabilísticas

Exceptuando as alterações abaixo, as políticas contabilísticas estabelecidas do 3.1 a 3.17 foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Actividades de empreendimento conjunto

As operações nos campos de Pande e Temane foram estruturadas na forma de um Empreendimento conjunto não incorporado (*Joint Operations*), nos termos da qual o empreendimento conjunto não é registado como uma empresa separada, mas cada parte da JO, nos termos do Acordo de Operações Conjuntas, recebe a sua quota respectiva de activos, passivos e rendimentos líquidos das operações.

3.2. Transacções em Moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são contabilizadas às taxas de câmbio em vigor à data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras à data do relato são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio do final de ano.

O ganho ou perda cambial é a diferença entre o custo na moeda funcional no início do ano, ajustado pela taxa efectiva de juro e pagamento durante o ano, e o custo em moeda estrangeira convertido à taxa de câmbio do final do ano.

Os activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o justo valor foi determinado. Os itens não-monetários que são mensurados com base no custo histórico na moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data de transacção.

As diferenças de câmbio resultantes da reconversão da moeda são geralmente reconhecidas nos lucros ou prejuízos, como parte de proveitos financeiros ou custos financeiros.

3.3. Instrumentos Financeiros

Activos financeiros não-derivados

A empresa reconhece inicialmente os empréstimos e contas a receber na data em que são originados. Todos os outros activos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da transacção na qual a empresa se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A entidade não reconhece um activo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo expirarem ou quando forem transferidos os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais do activo financeiro numa transacção em que todos os riscos e recompensas de propriedade do activo financeiro sejam, substancialmente, transferidos. Qualquer juro sobre os activos financeiros transferidos que seja criado ou retido pela Empresa é reconhecido como um activo ou passivo separado. Os activos e passivos financeiros são compensados e o montante líquido apresentado no balanço quando, e somente quando, a empresa tiver um direito legal de compensar os montantes e pretender liquidar numa base líquida ou realizar o activo e liquidar, simultaneamente, o passivo.

A entidade tem os seguintes activos financeiros não-derivados: empréstimos e contas a receber.

Empréstimos e devedores – Esses activos são reconhecidos inicialmente pelo justo valor mais todos os custos da transacção directamente atribuíveis. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os empréstimos e os devedores são mensurados ao custo amortizado, pelo método de juro efectivo menos quaisquer perdas por imparidade. Os empréstimos e devedores incluem clientes, empresas do grupo e devedores (ver a nota 14).

Caixa e equivalentes de caixa compreendem as notas e moedas em numerário e os depósitos, com maturidades iniciais de três meses ou inferiores. Os descobertos bancários reembolsáveis são parte integrante da gestão de caixa da Empresa e são incluídos como uma componente de caixa e equivalentes de caixa para efeitos de demonstração de fluxos de caixa.

Passivos financeiros não-derivados

A Empresa reconhece inicialmente as garantias de dívida emitidas e os passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da transacção em que a Empresa se torne parte das disposições do instrumento contratual. A Empresa não reconhece um passivo financeiro quando as suas obrigações contratuais são

libertadas ou canceladas ou expiram. A Empresa tem os seguintes passivos financeiros não-derivados: empréstimos e credores os quais incluem credores entre empresas do grupo. Esses passivos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo seu justo valor mais todos os custos de transacção directamente atribuíveis. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são mensurados, usando-se o método da taxa de juro efectiva.

Capital Social

Acções ordinárias – As acções ordinárias são classificadas como capital social. Os custos adicionais directamente atribuíveis à emissão das acções ordinárias são reconhecidos como uma dedução do capital próprio, líquido de quaisquer efeitos fiscais.

3.4. Activos fixos tangíveis

Reconhecimento e mensuração

Os itens de activos fixos tangíveis são mensurados ao custo de aquisição menos a depreciação acumulada e as perdas por redução do valor recuperável.

O custo inclui todas os custos directamente atribuíveis na aquisição do activo. O custo dos activos construídos pela própria empresa inclui os custos dos materiais e da mão-de-obra directa, todos os outros custos directamente atribuíveis para colocar o activo em condições de funcionamento para o seu uso pretendido e os custos de desmantelamento e remoção dos itens e de restauro do local no qual este está localizado.

Quando as partes de um item de activos fixos tangíveis tiverem vidas úteis diferentes, são contabilizadas como itens separados (componentes principais) dos activos fixos tangíveis.

Os ganhos e perdas na alienação de um item de activos fixos tangíveis são determinados pela comparação receitas de venda com quantia escriturada dos itens de activos fixos tangíveis e são reconhecidos em “outros proveitos” na demonstração de resultados.

Custos subsequentes

O custo de substituição de parte de um item de activos fixos tangíveis é reconhecido no montante da quantia escriturada do item, se for provável que os benefícios económicos futuros incorporados nessa parte fluam para a Empresa e o custo possa ser medido com fiabilidade. A quantia escriturada da parte substituída é desreconhecida. O custo de manutenção diária de propriedade, instalações e equipamento é reconhecido em ganhos e perdas, conforme incorrido.

Depreciação

Os activos não produtivos, as depreciações são registados em ganhos e perdas numa base de quotas constantes sobre as vidas úteis estimadas de cada item de activos fixos tangíveis. A terra e os imobilizados em curso não são depreciados.

As vidas úteis estimadas, são como seguem:

-Veículos motorizados	4 anos
-Equipamento	4 – 10 anos
-Edifício	50 anos

Os métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revistos no final de cada ano financeiro e ajustados, se apropriado.

3.5. Custos de Exploração, Avaliação e Desenvolvimento

O método de esforço bem-sucedido é usado para contabilizar a exploração de gás e as actividades de avaliação.

Os custos geológicos e geofísicos relativos a furos exploratórios secos e os custos de transporte e retenção de propriedades não desenvolvidas são reconhecidos nas demonstrações de resultados, conforme incorridos.

Após a conclusão de um furo exploratório, a entidade poderá ter encontrado reservas de petróleo e gás. Essas reservas são classificadas como provadas quando, após análise de dados geológicos e de engenharia, parecer com certeza razoável que estas reservas poderiam ser recuperáveis no futuro, nas condições económicas e operacionais existentes.

O custo de furos exploratórios, através dos quais reservas potenciais provadas de petróleo e gás foram descobertas, é capitalizado como activos minerais em activos fixos tangíveis. Estes custos permanecem capitalizados, pendentes da determinação das reservas de gás provadas serem encontradas, desde que tenham sido cumpridas as condições seguintes: (i) existam reservas de petróleo e gás suficientes para justificar o gasto de capital necessário para a conclusão do furo como furo de produção; (ii) a perfuração de furos exploratórios adicionais esteja em curso ou firmemente planeada para um futuro próximo; e (iii) progresso suficiente esteja a ser feito para avaliar as reservas de petróleo e gás e a viabilidade económica ou operacional da propriedade em desenvolvimento.

Se as condições acima não forem cumpridas, ou se as informações obtidas suscitarem dúvidas sobre a viabilidade económica ou operacional do projecto, os custos são reconhecidos nos lucros ou prejuízos. O progresso a este respeito é avaliado anualmente, pelo menos, para assegurar uma justificação suficiente para efectuar essa exploração e avaliar a despesa como um activo.

As actividades de desenvolvimento envolvem um plano ou desenho para a produção de produtos e processos novos ou substancialmente melhorados. A despesa de desenvolvimento é capitalizada somente se os custos de desenvolvimento puderem ser medidos de forma fiável, o produto ou o processo for técnica e comercialmente viável, os benefícios económicos futuros sejam prováveis e a Empresa pretenda e tenha recursos suficientes para completar o desenvolvimento e usar ou vender o activo. A despesa capitalizada inclui o custo de materiais, mão-de-obra directa e custos gerais que sejam directamente atribuíveis à preparação do activo para o seu uso pretendido. Os custos de empréstimos relativos ao desenvolvimento de activos qualificados são capitalizados ao custo do activo qualificado. Outra despesa de desenvolvimento é reconhecida em lucros ou prejuízos, conforme incorrida.

A despesa incorrida para perfurar e equipar furos em desenvolvimento em propriedades comprovadas é capitalizada como activos minerais em activos fixos tangíveis na data em que é comissionada.

A despesa de desenvolvimento capitalizada é medida ao custo menos a depreciação acumulada e qualquer perda por imparidade acumulada.

A depreciação dos activos de exploração e das despesas de desenvolvimento capitalizadas mais os custos de comissionamento é baseada no método de unidades de produção, numa base de campo-a-campo, calculada com utilização de uma estimativa das reservas comprovadas desenvolvidas de petróleo e gás. Estas reservas representam as reservas remanescentes no final do ano, de acordo com o Relatório dos Vendedores usado para cálculo retroactivo da depreciação no início de cada ano financeiro.

3.6. Activos intangíveis

Os activos intangíveis são reconhecidos ao custo menos a depreciação acumulada e qualquer perda por imparidade. Os activos intangíveis são reconhecidos se for provável que os benefícios económicos dos bens fluam para a empresa, e os custos dos activos possam ser mensurados de forma fiável. Os activos intangíveis consistem apenas de direitos de concessão para explorar e produzir gás nos campos de Pande e Temane, ao abrigo de um Contrato de Produção de Petróleo assinado em Outubro de 2000, que expira em 2033 (ver a nota 1). Este activo intangível é

amortizado segundo o método quotas constantes ao longo do período de vida útil remanescente.

Despesas subsequentes

As despesas subsequentes são capitalizadas somente quando aumentarem os benefícios económicos futuros incorporados no activo específico ao qual se relacionem. Todas as outras despesas, incluindo as despesas de “goodwill” e marcas, geradas internamente, são reconhecidas nos lucros ou prejuízos, conforme incorridas.

3.7. Provisões

As provisões para restauro ambiental e qualquer acção judicial são reconhecidas quando: a empresa tem uma obrigação legal ou construtiva presente como resultado de eventos passados; é provável que uma drenagem de recursos seja necessária para pagar a obrigação; e o montante tenha sido estimado de forma fiável. As provisões não são reconhecidas para perdas operacionais futuras. A provisão para reabilitação do local das instalações é reconhecida como e quando o passivo de carácter ambiental surge.

Onde um passivo de carácter ambiental e de fecho resultem de actividades de desenvolvimento mineiro, os custos são capitalizados como parte do custo do activo associado. Quando esta mesma obrigação surgir de actividades de produção mineira, tal obrigação constitui gastos, as provisões são determinadas descontando os fluxos de caixa previstos, a uma taxa antes do efeito do imposto que reflecta as taxas de mercado correntes e os riscos específicos da obrigação. As alterações das provisões que foram capitalizadas aquando do reconhecimento inicial no custo do activo relacionado são adicionadas ou deduzidas da quantia escriturada do activo.

Onde houver um número de obrigações semelhantes, a probabilidade de fluxo (*outflow*) ser requerida para pagamento é determinada tendo em conta a classe das obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo se a probabilidade de fluxo (*outflow*) respeitante a qualquer item incluído na mesma classe de obrigações for pequena. As provisões são mensuradas ao valor presente das despesas previstas como necessárias para o pagamento da obrigação, usando-se uma taxa antes do efeito do imposto que reflecta as avaliações de mercado correntes do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O acréscimo das provisões devido à passagem do tempo é reconhecido como uma despesa de juro.

3.8. Imparidade dos Activos

Activos não financeiros

A quantia escriturada dos activos da entidade, com excepção das existências, são revistos em cada

data de relato para determinar se existe alguma indicação de imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do activo é estimado. Uma perda por imparidade é reconhecida sempre que a quantia escriturada de um activo ou da sua unidade geradora de caixa exceder o seu montante recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

O montante recuperável de um activo é o maior do seu valor líquido realizável e do seu valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados do seu valor corrente, usando-se uma taxa de desconto antes do efeito do imposto que reflecta as avaliações de mercado correntes do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos para o activo. Para um activo que não gere influxos de caixa que sejam em larga medida independentes das dos outros activos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Uma perda por imparidade é revertida caso se observe uma alteração nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Uma perda por imparidade somente é revertida na medida em que o valor do activo não exceda o montante que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida.

Activos financeiros não-derivados

Um activo financeiro não classificado ao justo valor através de lucros ou prejuízos, é avaliado à cada data de relato, para determinar se existe evidência objectiva de imparidade. Um activo financeiro encontra-se em situação de imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos ocorridos depois do reconhecimento inicial do activo e, que aquele evento (perda) teve impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados desse activo que pode ser estimado de forma fiável.

A evidência objectiva de que os activos financeiros estão em imparidade inclui incumprimento ou dificuldade de pagamento do devedor, reestruturação de um montante devido à Entidade em condições de que a Entidade de outra forma não consideraria, indicação de que o devedor ou emitente entrará em falência, mudanças adversas na situação de pagamento dos mutuários ou emitentes, condições económicas relacionadas com incumprimento ou desaparecimento de um mercado activo e seguro. Contudo, para um investimento de títulos de acções, um declínio significativo ou prolongado do seu justo valor abaixo do seu custo é evidência objectiva de imparidade.

A entidade considera evidência de imparidade de activos financeiros mensurados pelo custo amortizado (empréstimos e contas a receber), quer para o activo específico e colectivo. Todos os activos financeiros que sejam individualmente significativos são avaliados quanto à sua imparidade específica. Aqueles activos que não se verificam com a imparidade específica são então avaliados colectivamente para qualquer imparidade que tenha sido incorrida, mas ainda não identificada. Os activos que não são individualmente significativos são avaliados colectivamente pelo agrupamento de activos com características de risco semelhantes.

Na avaliação colectiva de imparidade, a entidade utiliza tendências históricas de probabilidade de incumprimento, de prazo de recuperação e montantes dos prejuízos incorridos, ajustados pelo julgamento da administração sobre se as condições económicas actuais e de crédito são de tal ordem prejuízos reais maiores ou menores do que as seguidas pelas tendências históricas.

Uma perda por imparidade em relação a um activo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada pela diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva original do activo. As perdas são reconhecidas nos lucros ou prejuízos e reflectidas numa conta de provisão contra empréstimos e contas a receber. Os juros de activos em imparidade continuam a ser reconhecidos. Quando um evento ocorre depois de a imparidade ter sido reconhecida, a perda por imparidade é reduzida, a diminuição da perda de imparidade é revertida através de lucros ou prejuízos. A reversão não irá resultar em um valor contábil do ativo financeiro que exceda o que o custo amortizado teria sido se a imparidade não tivesse sido reconhecida na data em que o valor é revertido.

3.9. Imposto Sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento compreende o imposto corrente e diferido. Os impostos correntes e impostos diferidos são reconhecidos nos lucros ou prejuízos excepto que o imposto corrente é o imposto que se prevê pagar sobre o rendimento tributável do ano, utilizando as taxas de imposto legisladas ou substancialmente previstas à data do relatório, e todos os ajustamentos ao imposto a pagar respeitantes aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido no respeitante às diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos para efeitos de demonstrações financeiras e dos montantes usados para efeitos de tributação.

O imposto diferido é medido às taxas de imposto que são previstas para aplicação às diferenças temporárias quando revertem, baseado nas leis que tiverem entrado em vigor, ou

substancialmente entrado em vigor, à data de relato. Os activos e passivos de impostos diferidos são compensados se houver um direito legal executável de compensar as obrigações e os bens de impostos correntes e se disserem respeito aos impostos de rendimento aplicados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade fiscal, ou sobre entidades fiscais diferentes, mas que pretendam pagar as obrigações e os activos fiscais correntes numa base líquida ou que os seus bens e os seus passivos sejam realizados simultaneamente.

Um activo por imposto diferido é reconhecido para perdas fiscais não usadas, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que os futuros lucros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais possam ser utilizados. Os activos por impostos diferidos são revistos em cada data de relato e são reduzidos na medida em que já não seja provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado.

3.10. Benefícios dos Trabalhadores

O custo dos benefícios a curto-prazo dos empregados, tais como salários, direito dos trabalhadores a férias pagas, bónus, assistência médica e outras contribuições, é reconhecido durante o período em que o empregado presta o serviço relacionado. A Empresa reconhece o custo do bónus previsto, somente quando tem uma obrigação presente, legal ou construtiva de efectuar esse pagamento e uma estimativa fiável possa ser feita.

Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a entidade paga contribuições fixas a uma entidade separada e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais. A obrigação para contribuições para o plano de contribuição definida é reconhecida como despesa de benefícios a empregados no resultado do período em que os serviços relacionados são prestados pelo empregado.

As contribuições para o fundo do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), para o qual todas as empresas moçambicanas são obrigadas, por lei, a contribuir, baseiam-se numa percentagem dos salários e são registadas como despesas no período em que incorrerem.

Plano de contribuição definida

O Fundo financia um plano de pensões de contribuição definida. O Fundo prevê o pagamento de pensão da reforma ou montante fixo pagável em caso de morte em serviço ou saída do fundo antes da reforma. A idade normal de reforma é de 60 anos para homens e 55 para mulheres. O Fundo não prevê a reforma antecipada, contudo, os membros podem reformar

antecipadamente devido a problemas de saúde. As taxas de contribuição são fixadas de acordo com as regras do fundo. Os membros contribuem com 3,0% dos Salários Pensionáveis até à reforma. O empregador contribui com 8.63% dos Salários Pensionáveis no Fundo. O saldo, após considerar os encargos com risco e custos operacionais, é alocado para a reforma.

Um plano de contribuição definida é um benefício pós-emprego por via do qual uma entidade efectua contribuições fixas para uma entidade separada e não tem qualquer obrigação legal e implícita de pagar montantes adicionais. A obrigação contribuir para um plano de contribuição definido é tratada como uma despesa com benefício para trabalhadores nos ganhos ou perdas relativamente ao período em que tais serviços são prestados pelos trabalhadores.

Por força da lei, as contribuições feitas ao Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), o plano de segurança social nacional, um plano de contribuição definida em que todas as empresas moçambicanas são obrigatórias.

Outros benefícios ao trabalhador a curto prazo

As obrigações de curto prazo referentes aos benefícios a pagar aos trabalhadores são mensuradas numa base não descontada e são registadas como despesas quando o respectivo serviço é prestado. Uma provisão é reconhecida pelo valor que se espera pagar, a curto prazo ao abrigo de um plano de pagamento de bónus se a entidade tiver obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor por algum serviço que o trabalhador tenha prestado no passado, desde que essa obrigação possa ser estimada de forma fiável.

3.11. Existências

As existências são mensuradas pelo menor valor do custo de aquisição e pelo valor realizável líquido. O custo inclui as despesas incorridas na aquisição de activos, custos de produção ou de conversão e outros custos incorridos para conseguir reuni-las no mesmo local e condição.

O custo do gás natural líquido é determinado usando o método de avaliação *first-in-first-out* – FIFO enquanto o custo do processamento, manutenção e outros materiais é determinado usando o preço do custo médio ponderado.

O valor líquido realizável é o preço de venda estimado no decurso normal do negócio menos o custo de despesas de conclusão e de vendas.

3.12. Reconhecimento do Receitas

O receitas das vendas de gás natural e de gás natural líquido - condensado, no decurso das actividades ordinárias, é mensurado ao justo valor do pagamento recebido ou a receber, líquido de “royalties” pagas ao governo, retornos, impostos indirectos, descontos comerciais e de quantidades concedido pela entidade. A receita é reconhecido quando existir evidência persuasiva, na forma de contrato de vendas de gás executado, de que os riscos significativos e os prémios de propriedade foram transferidos para o comprador, que a recuperação do pagamento seja provável, os custos associados e o retorno possível dos bens podem ser estimados de forma fiável, de que não há nenhum envolvimento continuado da direcção com os bens e que o montante da receita possa ser mensurado de forma fiável. Na produção e venda de gás, a transferência de propriedade ocorre geralmente quando o gás é fisicamente transferido para o ponto de entrega na entrada do gasoduto e o condensado na unidade de carregamento no CPF.

O “royalty” a pagar é o imposto sobre o petróleo produzido no território moçambicano, a partir de um depósito de petróleo. A base do cálculo fiscal do “royalty” é o valor do petróleo produzido, incluindo as quantidades de petróleo perdidas como resultado de qualquer deficiência nas operações petrolíferas ou por negligência. O royalty (imposto) é cobrado em 5% do valor do gás natural e condensado produzido ou extraído e vendido, excluindo o custo de transporte, recolha e processamento.

3.13. Dividendos

Com base nos contratos de empréstimos da empresa, a CMH deverá distribuir dividendos ou fazer qualquer distribuição se:

- (i) Nenhum evento de incumprimento ou evento potencial de incumprimento tiver ocorrido e esteja continuado;
- (ii) A distribuição total não excede a 50% do lucro líquido da CMH, sujeito a disponibilidade de caixa.

Os seguintes rácios de distribuição tenham sido alcançados:

- (II.1) O RPACSD¹ não seja inferior a 1,5: 1;
- (II.2) O RHACSD² não seja inferior a 1,5: 1;
- (ii.3) O RCE³ não inferior a 2: 1.

¹ Rácio de Projecção Anual de Cobertura do Serviço da Dívida

² Rácio Histórico Anual de Cobertura do Serviço da Dívida

³ Rácio de Cobertura do Empréstimo

A CMH só pode distribuir dividendos mediante o consentimento escrito dos Financiadores. Assim, a empresa considera que os dividendos aprovados pelos Financiadores e pagos serão deduzidos dos lucros acumulados.

3.14. Rendimentos Financeiros e custos financeiros

Os Rendimentos Financeiros incluem os juros recebidos sobre os fundos investidos. Os juros recebidos são reconhecidos à medida que forem crescendo nos lucros ou prejuízos usando o método da taxa de juro efectiva. Os custos financeiros compreendem os encargos financeiros dos empréstimos, a anulação do desconto em provisões. As perdas ou ganhos cambiais líquidos estão também inclusos como receitas financeiras ou despesas financeiras.

Os custos de empréstimos que não sejam directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica são reconhecidos nos lucros ou prejuízos usando o método da taxa de juro efectiva.

3.15. Ganhos por acção

A Empresa apresenta dados relacionados com resultados por acção básicos e diluídos para as suas acções ordinárias. Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro ou prejuízo atribuível aos accionistas ordinários da Empresa pelo número médio ponderado de acções ordinárias pendentes durante o período. O cálculo dos resultados por acções diluídos é determinado ajustando o lucro ou prejuízo atribuível aos accionistas ordinários e o número médio ponderado de acções ordinárias pendentes, para efeitos de todas as potenciais acções ordinárias.

4. Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro requer que a equipa de gestão formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas contabilísticas e os valores dos activos, passivos, proveitos e custos reportados. Os resultados actuais podem diferir destas estimativas. As estimativas e os pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua. As revisões das estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afectados. Em particular, informações sobre julgamentos críticos na aplicação de políticas contabilísticas que têm o efeito mais significativo nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas:

Nota 11 – Reconhecimento e Mensuração de activos tangíveis.

Nota 19 – Provisão para custo de encerramento e reabilitação ambiental.

Nota 9 – Imposto sobre o rendimento: Reconhecimento do imposto diferido

Nota 23 – Benefício dos empregados

Mensuração do justo valor

Um número de políticas contabilísticas e divulgações da Entidade requer a mensuração do justo valor, para activos e passivos financeiros e não financeiros.

A Entidade estabeleceu uma estrutura de controlo respeitante a mensuração do justo valor. A Entidade revê regularmente dados não observáveis significativos e ajustamentos de avaliação.

Se a informação de terceiros, tais como cotações de correctoras ou serviços de fixação de preços, é usada para mensurar o justo valor, em seguida, a equipa de avaliação avalia a evidência obtida a partir de terceiros para apoiar a conclusão de que tais avaliações cumpram com os requisitos da NIRF, incluindo o nível no hierarquia do justo valor em que essas avaliações devem ser classificados.

Ao mensurar o justo valor de um activo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, na medida do possível. O justo valor é classificado em diferentes níveis de hierarquia do justo valor com base nos insumos utilizados nas técnicas de avaliação, como segue.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados activos para activos ou passivos idênticos.
- Nível 2: dados que não sejam preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para activos ou passivos, directamente (como preços) ou indirectamente (derivado de preços).
- Nível 3: dados para activos ou passivos que não têm como base dados de mercados observáveis (dados não observáveis).

Se os dados usados para mensurar o justo valor de um activo ou passivo sejam categorizados em níveis diferentes da hierarquia do justo valor, então a mensuração do justo valor é categorizada na sua totalidade no mesmo nível da hierarquia de justo valor como dado de nível mais baixo que seja significativa para a mensuração.

5. Políticas contabilísticas, alterações contabilísticas nas estimativas e erros

Durante os anos financeiros 2016 e 2017, não houve alterações nas políticas contabilísticas que

tenham qualquer efeito na comparabilidade desses exercícios. Da mesma forma, não houve alterações significativas nas estimativas.

6. Receitas

	Junho de 2017 USD	Junho de 2016 USD
Receitas		
Gás Natural	69 204 488	70 191 996
Condensado	1 421 268	618 822
	<u>70 625 756</u>	<u>70 810 818</u>

7. Custos operacionais

	Nota	Junho de 2017 USD	Junho de 2016 USD
Custos com o pessoal		4 232 390	5 093 375
Remuneração dos trabalhadores		2 940 239	3 945 110
Remuneração dos órgãos sociais		527 120	813 710
Segurança Social		58 564	57 588
Formação		224 509	278 967
Segurança social complementar		343 084	-
Outros custos operacionais		138 874	-
Amortização e depreciação	11 & 12	21 895 746	18 626 502
Outros custos operacionais	7.1	9 892 615	9 879 426
		<u>36 020 751</u>	<u>33 599 303</u>

O número médio de trabalhadores durante este ano financeiro foi de 25 (2016: 25).

Em Outubro de 2016, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária e um novo Presidente do Conselho de Administração e um novo Administrador foram eleitas em substituição dos anteriores antes de terminarem seus mandatos. Portanto, um plano de indemnização foi atribuído aos membros cessantes de acordo com a lei.

7.1 Outros custos operacionais

	Junho de 2017 USD	Junho de 2016 USD
Partilha de Custos Operacionais do JO	7 195 307	8 667 182
Salários e custos relacionados	1 384 632	2 053 273
Contribuições para o INSS	39 242	141 613
Outros custos operacionais	5 771 433	6 472 296
Outras despesas administrativas da CMH	2 697 307	1 212 244
Serviços de Auditoria	70 453	64 506
Serviços de Consultoria	928 061	-
Programa de responsabilidade social	619 830	711 175
Outros fornecimentos e serviços	1 078 964	436 563
	9 892 615	9 879 426

Serviços de Auditoria inclui a auditoria realizada em 2016 e a auditoria corrente das contas do ano findo a 30 de Junho de 2017.

Serviços de consultoria inclui pagamento de 50% do Contrato de Prestação de Serviços com a ENH de Consultoria e Assistência Técnica visando a avaliação do potencial em hidrocarbonetos nos Campos de Pande e Temane e sua optimização e o Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria Financeira assinado com o AFI Corporate Advisors (PTY) Limited (AFI), com o objectivo de avaliar o Projecto de Gás Natural Pande e Temane, tendo em conta o valor de mercado.

8. Custos Financeiros Líquidos

Nota	Junho de 2017 USD	Junho de 2016 USD
Custos Financeiros	4 072 234	5 730 801
Receitas de Juros	1 089 323	461 244
Ganhos cambiais	2 982 910	5 269 557
Receitas Financeiras	(4 983 966)	(7 559 331)
Juros sobre empréstimos	(1 889 388)	(2 730 356)
Juros fictícios sobre provisões ambientais	19	(1 758 816)
Prejuízos cambiais	(1 305 075)	(2 482 581)
Despesa bancárias	(30 687)	(9 714)
Custos financeiros líquidos	(911 732)	(1 828 530)

Receitas de juros de depósitos à taxa fixa (Investimentos Permitidos) - os Mutuários (AFD e DBSA) concederam a autorização à CMH para investir 70% dos saldos de crédito das Contas *Off-shore* (Conta de Reserva do Serviço da Dívida, Conta de Reserva para despesas de investimento e a Conta de Receitas) para depósitos à taxa fixa, para o período compreendido entre 01 de Julho de 2016 a 14 de Junho de 2017, a uma taxa de juro média de 0,94%.

9. Imposto Sobre o Rendimento

		Junho de 2017 USD		Junho de 2016 USD
9.1	Valores reconhecidos nos lucros e prejuízos			
	Imposto corrente			
	Ano em curso	10 637 692		6 035 285
	Imposto diferido			
	Origem e reversão de diferenças temporárias	423 621		5 107 607
		11 061 313		11 142 892
9.2	Reconciliação da taxa efectiva			
	Lucros antes do imposto	33 693 334		35 384 770
	Imposto usado de acordo com a taxa da empresa	32% 10 781 866	32%	11 323 126
	Despesas não dedutíveis	3% 279 446	-1%	(180 234)
		33% 11 061 313	31%	11 142 892
9.3	Movimento dos saldos de impostos diferidos			
	2017			
		Saldo líquido 30 Junho 2017	Reconhecido em lucros e perdas	Saldo líquido 30 de Junho 2016
	Propriedade, instalações e equipamento	60 226 430	1 378 216	58 848 214
	Activos intangíveis	2 492 424	(207 702)	2 700 126
	Ganhos (Perdas) cambial não realizada	354 622	(746 893)	1 101 515
		63 073 476	423 621	62 649 855
	2016			
	Propriedade, instalações e equipamento	58 848 214	4 231 974	54 616 240
	Activos intangíveis	2 700 126	(207 702)	2 907 828
	Ganhos (Perdas) cambial não realizada	1 101 515	1 083 335	18 180
		62 649 855	5 107 607	57 542 248
19.4	Imposto sobre o rendimento a pagar			
	Saldo inicial	-		8 009 354
	Pagamento durante o ano	(5 021 924)		(14 594 387)
	Imposto corrente	10 637 692		6 035 285
		5 615 768		549 748

As autoridades fiscais em Moçambique não confirmam a aceitação das declarações de impostos avaliados pelas empresas. Os impostos declarados pelas empresas às autoridades fiscais permanecem abertos e podem ser sujeitas à revisão e ajustamento por um período de 5 anos. O Conselho de Administração é de opinião que nenhuns ajustamentos significativos ou penalizações resultarão face aos anos em aberto se estes forem sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais.

10. Ganhos por Acção

Os ganhos básicos por acção foram calculados com base no lucro após impostos de USD 22 632 021 (Junho de 2016: USD 24 241 878) dividido pelo número médio de acções emitidas de 5 934 115 (Junho de 2016: 5 934 115).

Os resultados por acção diluídos são iguais aos resultados básicos por acção tendo em conta que a Sociedade não tinha instrumentos financeiros diluídos à data do relato. A reconciliação da quantidade de acções não é necessário uma vez que não houve mudança nos números de base.

11. Propriedade, instalações e equipamento

	Edifício - escritórios USD	Veículos e Equipamento USD	Activos de Mineração e CPF USD	Investimento em curso USD	Total USD
Custo					
Saldo em 1 de Julho de 2015	2 078 836	1 292 335	262 461 033	47 452 710	313 284 914
Adições	-	242 377	11 688 105	9 619 919	21 550 401
Alienações	(54 735)	-	-	-	(54 735)
Transferências	-	-	52 314 886	(52 314 886)	-
Saldo em 30 de Junho de 2016	2 024 101	1 534 712	326 464 024	4 757 743	334 780 580
Saldo em 1 de Julho de 2016	2 024 101	1 534 712	326 464 024	4 757 743	334 780 580
Adições	-	78 850	4 306	6 188 033	6 271 189
Ajustamento no ARO	-	-	(16 634 186)	-	(16 634 186)
Alienações	-	(717 367)	-	-	(717 367)
Transferência	-	35 193	3 969 726	(4 004 919)	-
Saldo em 30 de Junho de 2017	2 024 101	931 388	313 803 870	6 940 857	323 700 216
Depreciação Acumulada					
Saldo em 1 de Julho de 2015	166 308	745 865	64 648 522	-	65 560 695
Adições	41 212	185 784	17 728 115	-	17 955 111
Alienações	(5 109)	-	-	-	(5 109)
Saldo em 30 de Junho de 2016	202 411	931 649	82 376 637	-	83 510 697
Saldo em 1 de Julho de 2016	202 411	931 649	82 376 637	-	83 510 697
Depreciação	40 482	293 789	20 890 084	-	21 224 355
Alienações	-	(538 024)	-	-	(538 024)
Saldo em 30 de Junho de 2017	242 893	687 414	103 266 721	-	104 197 028
Quantias escriturada					
Em 1 de Julho de 2015	1 912 528	546 470	197 812 512	47 452 710	247 724 220
Em 1 de Julho de 2016	1 821 690	603 062	244 087 387	4 757 743	251 269 883
Em 30 de Junho de 2017	1 781 207	243 974	210 537 149	6 940 857	219 503 188

Detalhes de adições monetárias e não monetárias

	Junho de 2017 USD	Junho de 2016 USD
Adições do exercício	6 271 189	17 884 643
Ajustamentos por itens não monetários – provisão ambiental	(16 668 652)	10 269 228
Pela demonstração do fluxos de caixa	22 939 841	7 615 415

A Central de Processamento incluída nos activos de mineração é usada como garantia em relação a facilidade de empréstimos com a AFD e o DBSA (veja nota 18).

Ambos os empréstimos do DBSA e AFD tem as garantia seguintes: escritura de hipoteca da CPF para as acções da CMH na CPF (25%), penhora de bens móveis, cessão de direitos de seguros, cessão de direitos, cessão de posição contratual, penhora de contas bancárias e cessão de garantia de fundos.

Os Activo de Exploração e Avaliação e CPF compreende 25% da despesa de capital do consórcio, nomeadamente: custo de exploração do furos, custo de conclusão dos furos de produção, custo adicionais de perfuração, custo de desenvolvimento de ativos, bem como a CPF.

12. Activos Intangíveis

	Direitos de Concessão USD
Custo	
Em 1 de Julho de 2015	19 320 956
Adições	-
Saldo em 30 de Junho de 2016	<u>19 320 956</u>
Em 1 de Julho de 2016	19 320 956
Abate	(89 290)
Saldo em 30 de Junho de 2017	<u>19 231 666</u>
Amortização Acumulada	
Em 1 de Julho de 2015	10 189 350
Amortização do ano	671 391
Saldo em 30 de Junho de 2016	<u>10 860 741</u>
Em 1 de Julho de 2016	10 860 741
Amortização do ano	671 391
Abate	(89 290)
Saldo em 30 de Junho de 2017	<u>11 442 842</u>
Quantias escriturada	
Em 1 de Julho de 2015	9 131 606
Em 1 de Julho de 2016	<u>8 460 215</u>
Em 30 de Junho de 2017	<u>7 788 824</u>

Os activos intangíveis compreendem os direitos de concessão transferidos pela ENH para o desenvolvimento do projecto de gás (campos de Pande e Temane).

13. Existências

	Junho de 2017 USD	Junho de 2016 USD
Material de manutenção	909 743	1 230 985
	909 743	1 230 985

14. Clientes e outros devedores

	Junho de 2017 USD	Junho de 2016 USD
Interesse participativo sobre activos correntes do empreendimento de Operações Conjuntas	16 341 920	8 237 912
Clientes	16 341 920	7 887 620
Imposto Sobre o Valor Acrescentado	-	350 292
Outros devedores	2 741 565	1 378 338
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	512 535	514 881
Antecipações Activas	139 414	18 566
Adiantamento do imposto – Ano passado	574 006	295 143
Adiantamento do imposto – Ano corrente	81 565	549 748
Benefício de reforma diferido (Nota 23)	1 434 045	-
	19 083 485	9 616 250

15. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Junho de 2017 USD	Junho de 2016 USD
Dinheiro em caixa	246	157
Depósitos bancários	147 291 709	135 411 830
Conta On-shore da CMH (i)	13 273 734	6 600 754
Conta de Receitas (ii)	90 974 346	67 113 472
Conta de Reserva para despesas de investimento (iii)	32 402 391	44 382 136
Conta Off-Shore de Operações (iv)	25 273	25 468
Conta de Reserva para o serviço da dívida (v)	10 615 965	17 290 000
Caixa e Equivalentes de Caixa conforme fecho de Fluxo de Caixa	147 291 955	135 411 987

O mecanismo de pagamento e a prioridade de pagamento são determinados contratualmente por um Acordo de Contas. Este acordo foi assinado em 20 de Maio de 2010, entre a Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH), o Development Bank of Southern Africa (DBSA), a Agence Française de Development (AFD), o Standard Bank of South Africa Limited (a conta bancária off-shore) e o Barclays Bank Moçambique SA (a conta bancária on-shore). Foi acordado manter em nome da CMH, as seguintes contas:

- i. Conta Onshore da CMH (Conta Onshore em Meticais e Conta Onshore em Dólares) – a CMH

deve transferir, das contas de receitas em quaisquer datas de pagamento, o montante dos custos administrativos previstos para pagamento em Moçambique durante um período de seis meses após a data de pagamento.

- ii. As Contas de Receitas – nesta conta serão depositadas as receitas de cada reembolso feito nos termos da Expansão de instalações, todas as receitas, incluindo qualquer montante a pagar à CMH nos termos dos documentos do projecto, todas as receitas de qualquer capital social, todas as receitas de seguros e qualquer montante em excesso a crédito da conta do Serviço da Dívida e da Conta de Reserva para despesas de investimento.
- iii. A Conta de Reserva para despesas de investimento – esta conta é usada como reserva para o montante igual ao agregado do custo operacional do projecto e das despesas de manutenção durante o período de 12 meses seguinte e o custo administrativo da CMH para o período de 6 meses seguinte.

Não obstante quaisquer outras disposições do presente Acordo, até 70% do saldo de crédito na Conta de Reserva Capital (*Capex*), pode de vez em quando ser investido em Investimentos Permitidos mediante o consentimento prévio e por escrito dos Mutuários da CMH.

- iv. A Conta *Offshore* – esta conta serve para satisfazer os custos operacionais do projecto denominados em Dólares Norte Americanos, e os custos administrativos da CMH a pagar fora de Moçambique.
- v. A Conta de Reserva do Serviço de Dívida – esta conta é usada como reserva para todos os pagamentos calendarizados de capital e de juros que serão devidos e pagos nas quatro seguintes datas de pagamento, em conformidade com as facilidades da CMH e é paga trimestralmente.

Não obstante quaisquer outras disposições do presente Acordo, até 70% dos fundos a crédito na Conta de Reserva do Serviço da Dívida, pode de vez em quando ser investido em Investimentos Permitidos mediante o consentimento prévio e por escrito dos Mutuários da CMH.

16. Capital Social

		Junho de 2017 USD		Junho de 2016 USD
	%		%	
4 153 880 acções ordinárias autorizadas detidas pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe B)	70	17 700 654	70	17 700 654
1 186 823 acções ordinárias autorizadas detidas pelo Governo Moçambicano, a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe A)	20	5 057 330	20	5 057 330
593 412 acções ordinárias detidas por 1 274 Accionistas privados, a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe C)	10	2 528 665	10	2 528 665
Total do capital social autorizado, emitido e pago	100	25 286 649	100	25 286 649

A empresa não tem acções preferenciais. As classes de acções descritas não restringe pagamento de dividendos. Todas as classes de acções tem igual direito de voto.

- Acções de Classe “A” – não são livremente transaccionáveis, depende do consentimento da Assembleia Geral.
- Acções de Classe “B” – não são livremente transaccionáveis, depende do consentimento da Assembleia Geral.
- Acções de Classe “C” – são livremente transaccionáveis entre entidades nacionais através da Bolsa de Valores de Moçambique.

17. Capital suplementar e reservas

17.1 Capital suplementar

Nos termos dos acordos financeiros existentes assinados com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e o Development Bank of Southern Africa (DBSA), a ENH comprometeu-se a efectuar a contribuição de capital requerida para cumprir o rácio dívida/capital e, em conformidade, os accionistas comprometeram-se a contribuir com USD 4 000 000 (Quatro milhões de Dólares Norte Americanos) de modo a cumprir esse requisito de rácio e, como resultado, a Escritura de Consentimento para o pagamento de USD 4 000 000 de Adiantamento do Empréstimo adicional foi assinada e o montante foi pago em Junho de 2008. Por conseguinte, em conformidade com o artigo seis dos Estatutos da CMH e com o artigo trezentos e três e o artigo seguinte do Código Comercial, a Assembleia Geral aprovou que o valor adicional de USD 4 000 000 fosse tratado como capital suplementar.

17.2 Reservas legais

Nos termos da legislação moçambicana, a Sociedade é obrigada a transferir 5% dos seus lucros líquidos anuais para uma reserva legal não-distribuível, até ao mínimo acumulado de 20% do capital social. Esta reserva pode ser utilizada para compensar prejuízos e emissão de acções. A Sociedade cumpriu os requisitos legais na transferência para a reserva legal, visto que, o saldo da conta reserva legal atingiu 20% do capital social. O valor acumulado da reserva é de USD 5 057 330 (2016: USD 5 057 330).

17.3 Reservas de investimento

Trata-se de uma reserva específica estabelecida pelo accionista para fins de investimento. A transferência para reserva de investimento foi aprovada na Assembleia de Geral do dia 11 de Dezembro de 2008. O valor acumulado da reserva é de USD 14 296 822 (2016: USD 14 296 822).

18. Empréstimos

	Junho de 2017 USD	Junho de 2016 USD
Não-corrente	13 687 965	22 813 275
Development Bank of South Africa- Tranche B (i)	6 785 579	11 309 298
Agence Française de Development Empréstimo B (ii)	6 902 386	11 503 977
Corrente	9 125 310	13 239 866
Development Bank of South Africa - Tranche A (i)	-	2 777 778
Development Bank of South Africa - Tranche B (i)	4 523 719	4 523 719
Agence Française de Development - Empréstimo A (ii)	-	1 336 778
Agence Française de Development - Empréstimo B (ii)	4 601 591	4 601 591
Total	22 813 275	36 053 141

i) A CMH e o Development Bank of Southern Africa (DBSA) celebraram um acordo de crédito, em 20 de Maio de 2010, com vista a:

(a) Converter o crédito subordinado do DBSA num crédito sénior (Tranche A), a um custo de conversão de USD 631 563 e com uma nova taxa de juro Libor de 6 meses acrescida de uma margem de 4,75%. Em relação ao Acordo de Empréstimo existente entre a CMH e o DBSA, em 11 de Abril de 2011, uma adenda ao acordo foi executada com a finalidade principal de fixar em 6.48% por ano. O empréstimo foi totalmente reembolsada a 31 de Março de 2017.

(b) Garantir um crédito sénior posterior, nos termos do qual a CMH tem o direito de contrair empréstimos até o limite de USD 50 000 000, em 31 de Dezembro de 2012 como data de

término de desembolsos e com a maturidade em 15 de Dezembro de 2019. Os montantes desembolsados estão sujeitos a uma taxa de compromisso de 0,5% por ano, cobradas a partir de 14 de Junho de 2010. Os montantes desembolsados e não reembolsados vencem juros à taxa Libor (6 meses) acrescida de uma margem de 4,75% (Tranche B). Um total de USD 31 678 705 foi desembolsado, em 14 de Junho de 2010, 30 de Setembro de 2010 e 31 de Março de 2011, e o valor remanescente de USD 18 321 295 foi cancelado em 27 de Março de 2012. Em Agosto, foi assinado uma adenda com novo plano de amortização. O reembolso de capital iniciou a 15 de Junho de 2013 (o reembolso inicia 36 meses depois da data do primeiro desembolso), com periodicidade bi-anual.

Ambos os empréstimos estão agora garantidos pelos acordos de garantia seguintes: escritura de hipoteca da CPF para as acções da CMH na CPF (25%), penhora de bens móveis, cessão de direitos de seguros, cessão de direitos, cessão de posição contratual, penhora de contas bancárias e cessão de garantia de fundos.

(a) A CMH celebrou uma Facilidade de Crédito com a Agência Francesa de Desenvolvimento, em 9 de Dezembro de 2004, nos termos da qual a CMH tem o direito a contrair o empréstimo de fundos até ao equivalente a USD 24 062 000 com maturidade em 30 de Setembro de 2016. Um total de USD 22 725 000 foi retirado da facilidade. Os montantes desembolsados e não reembolsados vencem juros à taxa de 8,45% e são reembolsáveis a partir de 31 de Março de 2008 e com maturidade em 30 de Setembro de 2016, numa bi-anual. A garantia sobre o crédito foi alterada para reflectir os novos acordos de créditos e está agora garantida pelos acordos de garantia seguintes: escritura de hipoteca da CP para a quota da CMH na CP (25%), penhora sobre os bens móveis, cessão de direitos de seguros, cessão de direitos, cessão de posição contratual, penhora de contas bancárias e cessão de garantia de fundos. O primeiro empréstimo foi totalmente reembolsada a 30 de Setembro de 2016.

(b) A CMH celebrou um Acordo de facilidade de Crédito com a Agência Francesa de Desenvolvimento, em 20 de Maio de 2010, nos termos do qual a CMH tem o direito de contrair empréstimos de fundos até ao equivalente a USD 50 000 000, com a maturidade em 15 de Dezembro de 2019. Um total de USD 32 224 026 foi desembolsado, em 14 de Junho de 2010, 8 de Outubro de 2010 e 10 de Março de 2011, e o valor remanescente de USD 17 775 974 foi cancelado em 27 de Março de 2012. Os montantes desembolsados e não reembolsados vencem juros à taxa média de 6.05% por ano e o reembolso de capital iniciou a 15 de Junho de 2013 (36 meses após o primeiro desembolso), com periodicidade bi-anual. A

garantia do empréstimo foi alterada para reflectir os novos contratos de empréstimos e agora é garantida para os seguintes acordos de garantia: a escritura de hipoteca da CP, para a quota da CMH na CP (25%), a penhora sobre os bens móveis, a cessão dos direitos de seguro, a cessão de direitos, a cessão de posição contratual, a penhora de contas bancárias e a cessão de garantia de fundos.

19. Provisão de Abandono e Custo de Reabilitação Ambiental

Esta provisão diz respeito aos custos de encerramento e de reabilitação. De acordo com concessão outorgada, os operadores são obrigados a reabilitar a área no final da vida do projecto. A estimativa actual do custo de restauração do local e de reabilitação foi aumentado com o factor de inflação anual para o tempo remanescente, como para a recuperação local, e tal valor futuro foi descontado (utilizando uma taxa de desconto de 2%) para chegar ao valor presente dos custos de reabilitação da área do projecto.

Longo Prazo	Junho de 2017 USD	Junho de 2016 USD
Saldo de abertura	88 434 724	75 840 417
Juros fictícios sobre provisões ambientais	1 747 931	2 324 865
Capitalizado em activos fixos tangíveis (devido a alterações nas taxas de desconto e alterações no passivo ambiental)	(16 651 419)	9 966 400
Saldo de fecho	73 531 236	88 131 682
Curto Prazo	Junho de 2017 USD	Junho de 2016 USD
Saldo de abertura	1 230 471	1 470 199
Juros fictícios sobre provisões ambientais	10 889	11 815
Capitalizado em activos fixos tangíveis (devido a alterações nas taxas de desconto e alterações no passivo ambiental)	(17 233)	17 037
Saldo de fecho	1 224 127	1 499 051
Total	74 755 363	89 630 733
	Junho de 2017 USD	Junho de 2016 USD
Fluxo de caixa esperado		
Dentro de um ano	1 224 127	1 499 051
1 - 5 anos	20 184 022	21 618 431
Mais que cinco anos	53 347 214	66 513 251
Total	74 755 363	89 630 733

O decréscimo do passivo bruto durante o ano resulta na mudança na data de abandono de 2046 para 2054, uma vez que a CPF irá funcionar mesmo após o termo do PPA. A CPF será utilizada para processar o gás da área de PSA.

20. Fornecedores e outros credores

	Junho de 2017 USD	Junho de 2016 USD
Não-corrente		
Contas a pagar do Pessoal	28 085	46 379
Corrente		
Passivos correntes da UJV	1 793 095	3 240 543
Fornecedores	1 042 350	729 697
Antecipações	750 745	2 510 846
Outros credores	1 655 360	355 605
Fornecedores	114 330	27 753
Imposto retido na fonte, IRPS e INSS	80 900	144 394
Antecipações	103 587	183 458
Benefícios de reforma diferido (Nota 23)	1 356 543	-
	3 448 455	3 596 148

21. Saldos entre empresas do Grupo

	Junho de 2017 USD	Junho de 2016 USD
Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH)	(19 245)	(11 557)
	(19 245)	(11 557)

O montante a pagar à ENH é resultado dos serviços prestados pela ENH em conformidade com o Contrato de serviços técnicos.

22. Transacções com partes relacionadas

Para os fins destas demonstrações financeiras, as partes são consideradas relacionadas à empresa se a empresa tiver a capacidade, directa ou indirectamente, de controlar ou controlar em conjunto a parte ou exercer influência significativa sobre a parte na tomada de decisões financeiras ou operacionais. As partes relacionadas também incluem o pessoal chave de gestão definido como aquelas pessoas que têm autoridade e responsabilidade para planear, dirigir e controlar actividades directa ou indirectamente. O pessoal chave de gestão inclui todos os membros do Conselho de Administração e Director Executivo. As partes relacionadas com a empresa incluem também o consórcio, bem como o Governo de Moçambique e a ENH, empresa pública detida pelo Governo de Moçambique.

A Sociedade é controlada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P. (ENH), que detém 70% das acções da CMH, 20% das acções são detidas pelo Governo de Moçambique e os restantes 10% pertencem aos accionistas privados. Foram efectuadas as transacções seguintes:

Relação com as partes relacionadas	Tipo de transacção	Saldo credor		Salda devedor	
		2017	2016	2017	2016
Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP	Prestação de serviços técnicos	(19 245)	(32 998)	-	-

Após a aprovação de qualquer Programa de Trabalho e Orçamento, se o Operador assim o solicitar, cada parte deverá adiantar a sua quota parte dos fundos que se estimam sejam necessários para as operações do mês seguinte. Cada pedido de fundos deverá corresponder a quantia que o operador estima gastar, nas moedas exigidas, para satisfazer os pagamentos em dinheiro líquidos, deduzidos dos recebimentos em dinheiro, devidos no mês em causa nos termos de Programa de Trabalho e Orçamento. O pedido de fundos incluirá uma estimativa, para efeitos meramente informativos dos fundos necessário dos dois (2) meses subsequentes. As seguintes transacções ocorreram:

	Vendas em Entidades Conjuntas não constituídas em sociedade Gás e condensado (Nota 6)		Montante recebidos da Entidade Conjunta (JO)		Saldos no final do ano emergentes durante o ano de compra de serviços, aluguer do escritório e pagamentos efectuados (custos operacionais e activos fixos) Montante a pagar a Entidade Conjunta (Nota 20)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Sasol Petroleum Temane	70 625 756	70 810 818	-	-	-	-
Joint Operations (JO)	-	-	65 383 376	73 849 469	-	-
Joint Operations (JO)	-	-	-	-	(1 793 095)	(3 240 543)

A empresa paga remunerações tanto aos seus gestores executivos bem como os não executivos. As seguintes transacções ocorreram:

Relação com as partes relacionadas (Nota 7)	Tipo de transacção	Montante transaccionado		Salda devedor	
		2017	2016	2017	2016
Conselho de Administração	Remunerações	527 121	681 655	-	-
	Indemnizações	138 874	-	-	-

As informações relativas ao saldo pendente provêm das transações com as partes relacionadas até 30 de Junho de 2017, conforme notas 6, 7, 20 e Billing of Statements (Resumo de Transacções).

Os gestores da empresa são de opinião que as transações acima mencionadas foram realizadas no curso normal de negócios e foram estabelecidas em uma base de igualdade.

23. Esquema de benefício definitivo

Saldo de abertura

Contribuição do empregador	443 538
Contribuição do trabalhador	95 949
Ganhos de investimento	74 107
Adições:	613 594
Benefícios	24 169
Custos financeiros	42
Outros custos	44 279
Menos:	68 490

Acima encontra-se ilustrada a posição dos activos conforme o fundo de pensões e de acordo com o plano da CMH, o valor do activo é de USD 1 434 045 e o valor actual de obrigações é de USD 1 356 543.

24. Classificações Contabilísticas e justo valor

A tabela a seguir mostra os valores escriturados e o justo valor dos passivos financeiros, incluindo a sua hierarquia de justo valor. Não inclui informações sobre o justo valor dos passivos financeiros não mensurados ao justo valor, se o valor escriturado for uma aproximação razoável do justo valor.

30 de Junho 2017

Passivos financeiros não mensurados ao justo valor

	Nota	Quantia escriturada		Justo Valor			Total
		Outros Passivos Financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Empréstimos Bancários	18	22 813 275	22 813 275	-	22 813 275	-	22 813 275
		<u>22 813 275</u>	<u>22 813 275</u>	<u>-</u>	<u>22 813 275</u>	<u>-</u>	<u>22 813 275</u>

Mensuração do justo valor

Tipo	Avaliação Técnica	Contribuições significativas não observáveis
Empréstimos bancários (Outros passivos financeiros)	Fluxos de Caixa descontados	Não aplicável

25. Compromissos de Capital

Os compromissos de despesas de capital relativos a investimentos a realizar contratado e ainda não incorridos à data de relato, são os seguintes:

	Junho de 2017 USD	Junho de 2016 USD
Tempo estimado das despesas		
Dentro de um ano	5 807 512	11 010 625
2 - 5 anos	5 901 100	71 026 000
	<u>11 708 612</u>	<u>82 036 625</u>

Junho 2017	Compromissos autorizados de capital bruto	Autorizados & contratados	Dentro de um ano, Autorizados & não contratados
	USD	USD	USD
Projectos Operações Conjuntas não-incorporadas (JO)			
Compressor de baixa-pressão – fase 1	386 686	239 552	147 134
Projecto de expansão eléctrica e <i>superheater</i>	189 380	189 380	-
Projecto de escolas	425 453	1 203 500	-
Projecto de clinicas	278 779	278 779	-
Compressor de baixa-pressão – fase 2	184 229	51 196	148 805
Peças sobressalantes da unidade do MAN turbo	1 250 000	695 315	554 685
Outros	3 473 867	3 738 463	2 886 090
Custos administrativos da CMH			
Por aquisição de activos fixos tangíveis	822 000	822 000	-
	7 010 394	7 218 185	3 736 714

Junho 2016	Compromissos autorizados de capital bruto	Autorizados & contratados	Dentro de um ano, Autorizados & não contratados
	USD	USD	USD
Projectos Operações Conjuntas não-incorporadas (UJO)			
LPG	12 500 000	-	12 500 000
Compressor de baixa-pressão	37 942 857	35 031 574	2 911 283
Projecto de residências para os trabalhadores do CPF	11 375 000	9 934 517	1 440 483
Projecto de expansão eléctrica e aquecedores	9 857 143	7 422 607	2 434 536
Outros	9 430 025	5 182 113	4 247 912
Custos administrativos da CMH			
Por aquisição de activos fixos tangíveis	931 600	-	931 600
	81 105 025	57 570 811	23 534 214

O saldo acima mencionado corresponde a 25% da despesa de capital de Empreendimento Conjuntos não constituídas em sociedade.

26. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco

Gestão de risco financeiro

A exposição ao risco cambial, crédito, liquidez e taxas de juro surge no decurso normal do negócio da Entidade. Os riscos da Entidade estão a ser monitorados continuamente. Os instrumentos financeiros, como demonstrados no balanço, incluem os recursos de caixa, clientes e outros devedores, fornecedores e outros credores e empréstimos.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos acima mencionados, os objectivos da Entidade, as políticas e processos de mensuração e gestão de risco e gestão de capital da Entidade.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade de estabelecer e controlar os riscos de gestão da empresa.

As políticas de gestão de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Entidade, para estabelecer os limites de risco apropriados e controlos e para monitorar os riscos e a aderência aos limites. Os sistemas e políticas de gestão de risco são revistos regularmente para reflectirem as alterações às condições de mercado e as actividades da Entidade. A Entidade, através das suas normas de gestão e formação, tem por objectivo desenvolver um ambiente disciplinado e construtivo de controlo, no qual todos os colaboradores compreendam os seus deveres e obrigações.

O Conselho de Administração da Entidade supervisiona como a direcção monitora o cumprimento dos procedimentos e políticas de gestão de risco e efectua a revisão da adequação da estrutura de gestão de risco em relação aos riscos enfrentados pela Entidade.

26.1 Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de surgirem possíveis alterações aos preços do mercado e impacto nos fluxos de caixa futuros do seu negócio. O movimento de preços de mercado que a entidade está exposta incluem taxas de câmbio em moeda estrangeira, taxas de juro e os preços de petróleo e gás natural (Risco de preço de valores de matérias-primas). A entidade desenvolveu políticas com o objectivo de monitorar a volatilidade inerente a essas exposições que são apresentadas abaixo:

26.1.1 Risco Cambial

A Entidade incorre aos riscos como resultado das aquisições efectuadas em moeda estrangeira. A moeda em que a Entidade realiza o seu negócio e que dá origem ao risco cambial é o Metical.

Exposição ao risco cambial

A exposição da Entidade ao risco cambial foi a seguinte, com base nos montantes em moeda nacional:

	Junho de 2017 MT	Junho de 2016 MT
Fornecedores	(4 550 987)	(3 240 543)
	<u>(4 550 987)</u>	<u>(3 240 543)</u>

As taxas de câmbio significativas foram aplicadas durante o ano:

Data de Relato	Taxa média		Taxa à vista	
	30 de Junho 2017	30 de Junho 2016	30 de Junho 2017	30 de Junho 2016
MT por USD	69.83	48.31	61.06	63.53

Análise de sensibilidade

Uma diminuição ou aumento de 1% no valor denominado em moeda estrangeira contra o Dólar Norte americano nas exposições da moeda estrangeira da Entidade, teria o efeito de aumentar ou diminuir o capital próprio dos accionistas, assim como o lucro antes de impostos no valor de USD 502 (2016: USD 510). Esta análise assume que todas as outras variáveis permanecem constantes.

26.1.2 Risco da taxa de juro

A Entidade está exposta às alterações da taxa de juro sobre os seus empréstimos. A Administração adopta a política de assegurar que os seus empréstimos apresentem taxas de mercado de referência para avaliar o risco da taxa de juro.

	Junho de 2017 USD	Junho de 2016 USD
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos Financeiros	(11 503 979)	(15 833 017)
	<u>(11 503 979)</u>	<u>(15 833 017)</u>
Instrumentos de taxa variável		
Passivos Financeiros	(11 309 296)	(20 220 124)
	<u>(11 309 296)</u>	<u>(20 220 124)</u>

Análise de Sensibilidade

Uma diminuição ou um aumento de 1% na taxa de juro sobre os instrumentos financeiros de taxa variável da entidade teria o efeito de acrescer ou decrescer o capital próprio dos accionistas, assim como o lucro antes de impostos no valor de USD 1 468 (2015: 1 496). Esta análise assume que todas as outras variáveis permanecem constantes.

26.2 Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco da Entidade incorrer em perdas financeiras, no caso de um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro não cumprir as suas obrigações contratuais, e for principalmente originado pelas contas a receber de clientes e os depósitos bancários mantidos com instituições financeiras.

A Administração segue uma política de crédito que lhe permite monitorar continuamente a exposição ao risco de crédito. A exposição ao crédito é limitada quando as contas a receber da Entidade são devidas somente pelo parceiro da entidade comum. As outras contas a receber dizem respeito às partes relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pela quantia escriturada de cada activo financeiro no balanço. A Administração trabalha com instituições financeiras com boa reputação para gerir o risco de crédito relacionado com os saldos bancários.

Exposição ao Risco de Crédito

A quantia escriturada dos activos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito. A exposição máxima ao risco de crédito à data de relato:

	Junho de 2017 USD	Junho de 2016 USD
Cientes e outros devedores	22 762 072	7 887 620
Caixa e equivalentes de caixa	146 401 950	135 411 987
Exposição líquida	169 164 022	143 299 607

Os clientes acima mencionados incluíram as vendas ao cliente principal a Sasol Gas, uma subsidiária da Sasol Limited.

A idade de saldo dos clientes à data de relato era:

	Junho de 2017 USD	Junho de 2016 USD
Não vencido	16 341 920	7 887 620

Com base nas taxas de incumprimento históricas, a Empresa acredita não ser necessário criar provisão para imparidade de clientes. A Sasol Gas Limited representa 86% (2016: 81%) das receitas da Companhia e 54% (2016: 52%) dos clientes devedores em Junho 2016. A Sasol Gas limited tem mais de 10 anos de vendas com o consórcio.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma Empresa vir a encontrar dificuldades para satisfazer as suas obrigações financeiras à medida que se vencem.

A abordagem da Empresa no que respeita à gestão de risco de liquidez é de assegurar, tanto quanto possível, que tenha sempre liquidez suficiente para cumprir as suas obrigações quando devidas, quer em condições normais ou de tensão, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou criar danos à reputação da Empresa. O risco de liquidez é gerido de forma activa através de projecções do fluxo de caixa, de modo a assegurar a disponibilidade de fundos suficientes para qualquer investimento de curto e longo prazo.

Tipicamente, a Empresa assegura que dispõe de fundos suficientes para satisfazer as despesas operacionais previstas a curto prazo, incluindo o serviço de obrigações financeiras.

As maturidades contratuais dos passivos financeiros, incluindo as datas de pagamento estimadas são as seguintes:

30 de Junho de 2017	Quantia escriturada	Fluxo de Caixa Contratual	6 meses ou menos	06-12 Meses	1-2 anos	2-5 Anos
	USD	USD	USD	USD	USD	USD
Passivos financeiros não derivados						
Empréstimos bancários com garantias	22 813 275	(24 910 273)	(5 263 942)	(5 120 619)	(9 825 064)	(4 700 648)
Cientes e outros devedores	2 133 248	(2 133 248)	(2 133 248)	-	-	-
	<u>24 946 523</u>	<u>(27 043 521)</u>	<u>(7 397 190)</u>	<u>(5 120 619)</u>	<u>(9 825 064)</u>	<u>(4 700 648)</u>
30 de Junho de 2016	Quantia escriturada	Fluxo de Caixa Contratual	6 meses ou menos	06-12 Meses	1-2 anos	2-5 Anos
	USD	USD	USD	USD	USD	USD
Créditos bancários financeiros não-derivados						
Empréstimos bancários com garantias	36 053 141	(39 489 748)	(7 288 322)	(5 951 544)	(10 738 202)	(15 511 681)
Cientes e outros devedores	3 575 078	(3 575 078)	(3 575 078)	-	-	-
	<u>39 628 219</u>	<u>(43 064 826)</u>	<u>(10 863 400)</u>	<u>(5 951 544)</u>	<u>(10 738 202)</u>	<u>(15 511 681)</u>

27. Eventos Subsequentes

O Acordo Directo entre os Parceiro do JO, a CTRG e os Financiadores da CTRG foi assinado em Julho de 2017.

A 14 de Julho de 2017, a SPM solicitou a suspensão das negociações Contrato de Prestação de Serviços de Longa Duração, de Conexão da CPF à LPF até Dezembro de 2017, tendo em conta que os mesmos pretendem reduzir o objecto dos trabalhos pretendidos, em função dos resultados obtidos em Maio de 2017, nas actividades de perfuração na área do PSA.